

EMENTÁRIO DA LEGISLAÇÃO

INTERNA DA PGE/PA

COMPILADA EM 2017



Nº 01 – Ano 2017

cestudos@pge.pa.gov.br

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 18 DE 11 DE MAIO DE 1983

Acrescenta Parágrafo ao artigo 97 e dá nova redação ao artigo 100, da Constituição Política do Estado do Pará, encimado pelo Título SEÇÃO IV “DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO”.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 07/96 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 1996

Revoga o art. 188 e os §§ 3º e 4º do art. 310 dá nova redação ao art. 187 "caput" e ao § 2º do art. 310 e acrescenta o art.47 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera o §1º e o caput do art. 310 e o art. 338 da Constituição do Estado do Pará.

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 002, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1985

Organiza a Procuradoria Geral do Estado do Pará. (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado do Pará).

LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1987

Altera dispositivos da Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado do Pará e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 004 DE 23 DE JUNHO DE 1988

Cria cargos na Procuradoria Geral do Estado; altera dispositivos da Lei Complementar nº 002/85, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 024 DE 07 DE JULHO DE 1994

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 002 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado), de 26 de dezembro de 1985, e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 041, DE 29 DE AGOSTO DE 2002*

Altera a organização da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, define sua competência e dispõe sobre a carreira dos Procuradores do Estado do Pará.

LEI COMPLEMENTAR Nº 050, DE 19 DE MAIO DE 2005

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, que altera a organização

da Procuradoria Geral do Estado do Pará, define sua competência e dispõe sobre a carreira dos Procuradores do Estado do Pará.

LEI COMPLEMENTAR Nº 056, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Altera e acrescenta artigos à Lei Complementar nº 41, de 29 de agosto de 2002, modificada pela Lei Complementar nº 50, de 19 de maio de 2005, alterando a organização da Procuradoria Geral do Estado do Pará, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 068, DE 13 DE MARÇO DE 2009

Altera e acrescenta artigos à Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, modificada pela Lei Complementar nº 050, de 19 de maio de 2005, e pela Lei Complementar nº 056, de 28 de junho de 2006, alterando a organização da Procuradoria-Geral do Estado do Pará e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 099, DE 1º DE JANEIRO DE 2015

Altera, revoga e acrescenta artigos à lei complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, modificada pela Lei Complementar nº 050, de 19 de maio de 2005, e pela lei complementar nº 056, de 28 de junho de 2006, que tratam da organização da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, revoga a lei nº 4.634, de 07 de junho de 1976, revoga dispositivo da lei nº 4.780, de 19 de junho de 1978, e altera artigos da lei nº 7.543, de 20 de julho de 2011, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa e vinculações no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 5.298, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1985

Organiza a Procuradoria Geral do Estado.

LEI Nº 6.813, DE 25 DE JANEIRO DE 2006

Dispõe sobre a estruturação do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado e a criação de cargos em comissão no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, e dá outras providências.

LEI Nº 6.873, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Dispõe sobre a estruturação da carreira de Procurador no âmbito das autarquias e fundações públicas da Administração Estadual e dá outras providências.

LEI Nº 7.777, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a Lei nº 6.813, de 25 de janeiro de 2006, que estrutura o Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria Geral do Estado do Pará, e dá outras providências.

LEI Nº 5.530, DE 13 DE JANEIRO DE 1989.* (Republicação)

Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências.

LEI Nº 6.182, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998.* (Republicação)

Dispõe sobre os PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOTRIBUTÁRIOS do Estado do Pará e dá outras providências.

DECRETOS

DECRETO Nº 4.540, DE 23 DE OUTUBRO DE 1986

Aprova o regulamento do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado.

DECRETO Nº 2.711 DE 25 DE JULHO DE 1994

Regulamenta a Lei Complementar nº 24, de 07 de julho de 1994, que alterou dispositivos da Lei Complementar nº 02, de 26 de dezembro de 1985 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado) e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 3.131 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1994

Prorroga o prazo previsto no Art. 5º das disposições transitórias do Decreto nº 2.711, de 25 de Julho de 1994.

DECRETO Nº 1.358 DE 30 DE MAIO DE 1996

Disciplina a atuação do Departamento Jurídico do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, subordinando-o à supervisão e coordenação a Procuradoria-Geral do Estado.

DECRETO Nº 2.054, DE 11 DE MARÇO DE 1997 (REVOGADO)

Revoga o item 8 do art. 54 do Decreto nº 10.404, de 13 de dezembro de 1977, e atribui competência à Procuradoria Geral do Estado para apuração e inscrição dos créditos tributários e não tributários da Dívida Ativa do Estado.

DECRETO Nº 3.918, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2000

Altera o Decreto nº 2.711, de 25 de julho de 1994, que regulamenta a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado.

DECRETO Nº 3.942, DE 20 DE MARÇO DE 2000

Revoga o Decreto nº 2.054, de 11 de março de 1997, que atribuiu competência à Procuradoria - Geral do Estado para proceder à apuração e à inscrição dos créditos tributários e não-tributários na Dívida Ativa do Estado.

DECRETO Nº 5.788, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002 (REVOGADO)

Regulamenta a Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, que altera a organização da Procuradoria Geral do Estado, define sua competência e dispõe sobre a carreira dos Procuradores do Estado.

DECRETO Nº 934, DE 2 DE ABRIL DE 2004 (REVOGADO)

Altera o Decreto nº 5.788, de 27 de dezembro de 2002, que regulamenta a Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, que reorganiza a Procuradoria-Geral do Estado.

DECRETO Nº 2.611, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2006 (REVOGADO)

Regulamenta a Lei Complementar nº 56, de 28 de junho de 2006, e altera o disposto no Decreto Estadual nº 5.788, de 27 de dezembro de 2002.

DECRETO Nº 1.003, DE 29 DE MAIO DE 2008

Autoriza a Procuradoria Geral do Estado do Pará a celebrar acordos extrajudiciais em processos administrativos originados no próprio Órgão.

DECRETO Nº 2.165, DE 8 DE MARÇO DE 2010

Dispõe sobre a instituição do Regime Especial de pagamento de precatórios a que se refere o art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009, e dá providências correlatas.

DECRETO Nº 2.264, DE 12 DE MAIO DE 2010

Dispõe sobre a representação do Estado do Pará nos assuntos referentes ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

DECRETO Nº 2.420, DE 14 DE JULHO DE 2010

Regulamenta a promoção na carreira dos servidores do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado, nos termos do art. 3º, da Lei nº 6.813, de 25 de janeiro de 2006.

DECRETO Nº 2.576, DE 18 DE OUTUBRO DE 2010

Regulamenta a Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, alterada pelas Leis Complementares nºs 50/2005, 56/2006 e 68/2009, e revoga os Decretos Estaduais nºs 5.788, de 27 de dezembro de 2002, 934, de 2 de abril de 2004 e 2.611, de 4 de dezembro de 2006.

DECRETO Nº 21, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2011

Acrescenta dispositivo ao Decreto nº. 2.576, de 18 de outubro de 2010, que “Regulamenta a Lei Complementar nº. 041, de 29 de agosto de 2002, alterada pelas Leis Complementares nºs. 50/2005, 56/2006 e 68/2009, e revoga os Decretos Estaduais nºs. 5.788, de 27 de dezembro de 2002, 934, de 2 de abril de 2004 e 2.611, de 4 de dezembro de 2006”.

DECRETO DE 3 DE MAIO DE 2011.

Dispensa e designa Procuradores do Estado junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF.

DECRETO Nº 405, DE 30 DE MARÇO DE 2012

Altera dispositivos do Decreto nº 2.576, de 18 de outubro de 2010.

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 2013

Dispensa e designa Procuradores do Estado para atuarem junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários - TARF.

DECRETO Nº 1.020, DE 14 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre a regulamentação do art. 10-A da Lei nº 6.813, de 25 de janeiro de 2006, que institui a Gratificação de Desempenho de Apoio à Procuradoria - GDAP, a formulação e fixação das metas organizacionais, as competências dos setores e as atribuições dos responsáveis pelo processo, o sistema de avaliação, os procedimentos, a forma de pagamento da gratificação e os recursos da avaliação de desempenho.

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2014

Designa membro para atuar junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários - TARF.

DECRETO Nº 1.195, DE 02 DE JANEIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no exercício de 2015, o Remanejamento em favor da Procuradoria Geral do Estado - PGE, no valor de R\$ 747.223,00, em função da nova estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, aprovada pela Lei nº 8.096 de 1º de Janeiro de 2015.

DECRETO DE 1º DE JUNHO DE 2015

Designa Procuradores do Estado para atuarem junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF.

DECRETO DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

Designa Procurador do Estado para atuar junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF.

DECRETO DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

Tornar sem efeito, nos termos do art. 22-A da Lei 5.810/1994, a nomeação de PAULO ROBERTO DE SOUSA CARDOSO realizada por meio do Decreto publicado no DOE Nº. 33.251, de 16 de novembro de 2016.

DECRETO Nº 1.714, DE 10 DE MARÇO DE 2017

Homologa a Resolução nº 174/2017-CSPGE, de 20 de fevereiro de 2017, do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, que estabelece diretrizes para a atuação de Procuradores do Estado nos diversos órgãos da Administração Direta do Estado.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/97 – PGE/ SEFA

Estabelece procedimentos em conjunto entre SEFA e PGE, para defesa do Estado em matéria fiscal.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/97 – PGE/ SEFA

Estabelece procedimentos para cobrança de dívida ativa pelo Estado do Pará, através da Procuradoria Geral do Estado.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003 DE 10 DE JUNHO 1997

Determina procedimentos visando prestar informações ao Ministério Público Estadual, quanto aos processos inscritos em dívida ativa em que se verifique, em tese, a ocorrência de crime contra a ordem tributária.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6 DE 03/05/1999

Estabelece procedimentos relativos à inscrição de créditos tributários não pagos ou do saldo remanescente de créditos tributários não pagos em Dívida Ativa da Fazenda Pública Estadual e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2004

Exclusão da responsabilidade subsidiária do Estado do Pará pelas obrigações trabalhistas decorrentes de contratos de obra e/ou empreitada - inaplicabilidade do enunciado nº 331 do tribunal superior do trabalho – não caracterização de terceirização de atividade-meio.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2005

Necessidade de alegação, preliminarmente, da inconstitucionalidade formal do disposto no artigo 114, inciso I, da CF/88, com a redação dada pela Emenda Constitucional Nº 45/04, em todas as peças endereçadas à Justiça do Trabalho, cujo objeto da causa seja referente à relação de servidor ocupante de cargo criado por lei, de provimento efetivo ou em comissão, com a administração pública.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 002/2005

Cancelar a Nota Técnica n.º 01/2005.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 003/2005

Determinar que, nos Processos judiciais em que o Estado do Pará for parte juntamente com o IGE-PREV, cujo objeto refira-se, exclusivamente, à Revisão de Benefícios, a defesa do Estado deverá restringir-se à ilegitimidade passiva com o respectivo pedido de exclusão da lide.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 004-A/2005

Comprovação de tempestividade nas peças dirigidas aos Tribunais Superiores.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 004-B/2005

O Procurador Geral do Estado, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 041, de 29.08.2002, alterada pela Lei Complementar n.º 050, de 19.05.2005.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 004-C/2005

Sem prejuízo do disposto na Instrução n.º 002/2005, que, sendo o Estado do Pará demandado por responsabilidade subsidiária nas ações trabalhistas, deve o procurador oficial a JUCEPA para que remeta a esta Procuradoria cópia da constituição societária a suas respectivas alterações, correspondentes à empresa envolvida na reclamação, nas quais constem os nomes e endereços de todos os sócios daquela, devendo ainda requerer em Juízo o arresto ou a penhora de bens em nome de qualquer um deles, ainda que tenham se retirado da sociedade.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 001/2007

Patrimônio imobiliário do Estado do Pará.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 002/2007

Procedimento interno para obtenção de cópia de pareceres e manifestações exarados por Procuradores de Estado.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 001/2009

Autorização de dispensa recursal nas decisões em que o TRT/8ª região entende ser a Justiça do Trabalho competente para julgar as ações referentes aos temporários. Enunciado 214 do TST.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 002/2009

Autorização de dispensa recursal nas decisões em que o relator converte o Agravo de Instrumento em Agravo Retido e nega efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento em processos que tratam de concurso público. Previsão do art. 527 do CPC.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 001/2010

Autorização de dispensa do comparecimento em audiências iniciais trabalhistas do interior nos casos de temporários e responsabilidade subsidiária (Súmula 331 do TST) e de dispensa do comparecimento em audiências da capital sujeitas à remarcação (art. 841 da CLT).

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 003/2010-PCTA-PGE

Dispensar agravo de instrumento das decisões liminares que determinam a matrícula e a incorporação dos autores ou impetrantes na segunda turma do curso de formação de soldados 2008.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº004/2010-PCTA-PGE

Dispensar o recurso contra a sentença que reconhece o direito dos impetrantes e extingue o processo com resolução do mérito, devendo a Coordenação da PCTA encaminhar os autos ao arquivo definitivo.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº01 DE 24/02/2010

Suspender os efeitos do item 2 da Instrução nº 002/2005, apenas quanto à dispensa da interposição do Recurso de Revista em face de acórdãos regionais que decidam pela condenação subsidiária do Estado, com base na Súmula nº 331, IV do TST, mesmo nos casos que tenham por objeto contrato de prestação de serviços e o prosseguimento da defesa deste Ente Público até a última instância.

NOTAS TÉCNICAS

NOTA TÉCNICA Nº 01/1996

Mandado de Segurança.

NOTA TÉCNICA Nº 02/1996

Precatórios.

NOTA TÉCNICA Nº 03/1996

Processos encaminhados ao contador.

NOTA TÉCNICA Nº 04/1996

Reclamação Trabalhista.

NOTA TÉCNICA Nº 05/1996

Recurso Especial, Extraordinário ou de Revista.

NOTA TÉCNICA SN 1/1999 de 26/10/1999

Títulos da Dívida Pública -TDP E Títulos da Dívida Agrária -TDA para pagamento de Crédito Tributário - impedimentos de ordem legal.

NOTA TÉCNICA SN 2/1999 de 29/06/1999

Medida Provisória N.1.906-6, de 29 de junho de 1999.

NOTA TÉCNICA SN 3/1999 de 21/08/1999

Procedimentos a serem observados pelos Procuradores por ocasião da interposição de recursos.

NOTA TÉCNICA SN 4/1999 de 07/07/1999

Ação Rescisória e Ação Cautelar incidental nos casos de incorporação.

NOTA TÉCNICA SN 5/1999 de 10/08/1999

Recurso de Agravo de Instrumento.

NOTA TÉCNICA Nº 001/2000

Decisão concessiva em Mandado de Segurança - Agravo de Instrumento – cabimento.

NOTA TÉCNICA Nº 01/2000

Interposição de Agravo de Instrumento contra decisão concessiva de medida liminar em Mandado de Segurança em matéria tributária.

NOTA TÉCNICA SN 1/2000 de 16/10/2000

Termo de cooperação técnica entre as Procuradorias Gerais dos Estados e do Distrito Federal.

NOTA TÉCNICA SN 2/2000 de 17/04/2000

MS - Claudete Maria Figueira da Conceição X Secretário Executivo de Administração.

NOTA TÉCNICA SN 3/2000 de 21/04/2000

Apresentação de Recursos Perante os Tribunais Superiores em Brasília.

NOTA TÉCNICA Nº 01/2001

Cobrança de honorários advocatícios em sede de Execução Fiscal.

NOTA TÉCNICA Nº 002/2001/GAB/PGE

Regulamentar os trabalhos do Setor de Execução com vistas a reduzir o trâmite interno.

NOTA TÉCNICA Nº 003/2001/GAB/PGE

Elevado número de ações intentadas com fundamento no regulamento de pessoal do extinto IDESP, pelas quais se pretende a majoração salarial com base na variação do salário mínimo.

NOTA TÉCNICA SN 1/2001 de 05/11/2001

Postagem de petições através de Sedex com Aviso de Recebimento.

NOTA TÉCNICA SN 2/2001 de 11/07/2001

Exposição de motivos sobre o andamento da Ação Ordinária de Indenização ajuizada por Agropecuária Paraporã S/A e outros contra o Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA SN 3/2001 de 05/04/2001

MS—Euclides Freitas Filho X Secretário Executivo de Administração.

NOTA TÉCNICA SN 4/2001 de 19/07/2001

Possibilidade de desapropriação da área (Cristo Redentor) pelo Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA SN 5/2001 de 29/06/2001

Isenção do ICMS na importação, por indústria ou comércio, de grupo gerador.

NOTA TÉCNICA SN 6/2001 de 24/03/2001

Trata-se de Mandado de Segurança, já transitado em julgado, onde o impetrante teve assegurado o recebimento dos valores integrais em sua aposentadoria, sem a incidência do redutor constitucional.

NOTA TÉCNICA Nº 001/2002

Requerimento de Desapropriação de área localizada em Marabá, denominada "Folha 35". Aguardando publicação do Decreto e confirmação quanto ao domínio da área.

NOTA TÉCNICA Nº 002/2002

Ações intentadas contra o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará

(IPASEP), que versem sobre a cobrança de pensão.

NOTA TÉCNICA Nº 003/2002

Decisão concessiva de Mandado de Segurança - Agravo Regimental - Cabimento.

NOTA TÉCNICA Nº 004/2002

Dispensa de interpretação de Recurso Extraordinário nos processos judiciais em que se discute incorporação de verba de Representação pelo exercício de cargo comissionado obrigatoriedade da interposição de Recurso especial.

NOTA TÉCNICA Nº 005/2002

Dispensa da interposição da Ação Rescisória nos processos em que se discute o direito à percepção cumulativa das Gratificações de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva para os servidores da Polícia Judiciária.

NOTA TÉCNICA Nº 006/2002

Reclamação para o Supremo Tribunal Federal contra decisões concessivas de tutela antecipada nos casos vedados pela Lei nº 9.494/97.

NOTA TÉCNICA Nº 007/2002

Agravo de Instrumento nos Tribunais Superiores – Documentação.

NOTA TÉCNICA Nº 008/2002

Convênio de apoio ao programa de infra-estrutura aos programas de pós-graduação, que entre si celebram a coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior - capes, através de sua diretoria de programas e a Universidade Federal do Pará-UFPA.

NOTA TÉCNICA Nº 009/2002

Arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF 33-5 - Remuneração de pessoal de Autarquia (IDESP). Vinculação ao salário mínimo. Afronta ao princípio federativo. Suspensão dos processos em curso.

NOTA TÉCNICA SN 1/2002 de 08/02/2002

Acumulação de cargos por policiais civis, policiais militares e servidores do Centro de Perícias Renato Chaves.

NOTA TÉCNICA SN 2/2002 de 06/08/2002

Retenção de imposto sobre a renda e contribuições previdenciárias sobre recebimentos judiciais pagos a servidor aposentado.

NOTA TÉCNICA SN 3/2002 de 06/08/2002

Desapropriação imóvel localizado em Oriximiná.

NOTA TÉCNICA Nº 001/2003 de 10/02/2003

Cobrança e juros de mora em precatório suplementar - atualização de precatório - isenção de custas.

NOTA TÉCNICA Nº 002/2003 de 14/03/2003

Terceirizadas - Enunciado 331 do TST - Responsabilidade Exclusiva da terceirizada art. 71 da Lei

8.666/93 - Desconsideração da personalidade jurídica da empresa - responsabilidade da empresa sucessora - Alegação de vedação de interferência no funcionamento de Cooperativas -Inserção nas condições de pagamento de exigências que demonstrem a diligência do Estado na contratação da terceirizada - Cláusula editalícia alertando sobre a responsabilidade dos sócios.

NOTA TÉCNICA Nº 003/2003 de 21/03/2003

Republicação da Nota Técnica nº 04/2002 com alterações - Obrigatoriedade da interposição de Recurso Especial - Hipóteses de dispensa de agravo interno junto ao STF. Ação Rescisória - Obrigatoriedade.

NOTA TÉCNICA Nº 004/2003 de 15/04/2003

Encaminhamento e assinatura de ofícios vinculados aos processos judiciais e destinados aos titulares dos órgãos da Administração - Normatização.

NOTA TÉCNICA Nº 005/2003 de 29/04/2003

Mandados/ofícios de cumprimento, prazo para manifestação. Despachos envolvendo a admissibilidade de recursos aos Tribunais superiores contendo apenas a parte dispositiva. Início da contagem de prazo.

NOTA TÉCNICA Nº 006/2003 de 25/09/2003

Pagamento de porte de empresa e de retorno nos recursos excepcionais.

NOTA TÉCNICA Nº 007/2003

Pagamento de porte de empresa e de retorno nos Recursos Excepcionais.

NOTA TÉCNICA SN 2003 de /05/2003

Cobrança de juros em precatório suplementar - Atualização de precatório - Isenção de custas.

NOTA TÉCNICA Nº 001/2005 – Cancelada pela IN N.º 002/2005

Demanda de Ações Trabalhistas em que se pleiteia a condenação subsidiária do Estado no que se pertine ao descumprimento das obrigações trabalhistas das empresas prestadoras de serviços contratadas pela via do processo de licitação.

NOTA TÉCNICA Nº 002/2005

Defesa do Estado do Pará em ações individuais propostas por servidores temporários perante a Justiça do Trabalho. Incompetência material da Justiça do Trabalho. Legalidade do ato de contratação e Distrato. Inaplicabilidade da Súmula 363/TST - Mérito - Descabimento de depósitos de FGTS.

NOTA TÉCNICA SN 1/2005 de 11/03/2005

Suspensão de tutela antecipada (medicamentos especiais).

NOTA TÉCNICA SN 2/2005 de 01/02/2005

Ação de Desapropriação do imóvel sito à Av. Brigadeiro Eduardo Gomes s/n, entre a Rua Pedro Gomes e a Avenida João Rodrigues, município de Altamira com a finalidade da construção do Hospital.

NOTA TÉCNICA SN 3/2005 de 16/09/2005

Adesão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ao Sistema de consulta criado pelo Banco Central do Brasil - BACEN JUD.

NOTA TÉCNICA SN 4/2005 de 01/08/2005

Minuta de Convênio submetida à apreciação do Exmo. Secretário de Fazenda, nº 118º CONFAZ - Pauta Extra - PC 219/04 - Substitutiva global DF.

NOTA TÉCNICA SN 5/2005 de 31/05/2005

Construção de Ponte Rodoviária Pará e Amapá.

NOTA TÉCNICA Nº 001/2006

Suspensão das Ações Judiciais que envolvem 8,5 salários mínimos em razão da liminar concedida na ADPF Nº 47.

NOTA TÉCNICA Nº 003/2006

Incorporação de adicional pelo exercício de cargo comissionado ou função gratificada. Realização de acordo pela SEAD. Procedimento a ser adotado pela PGE.

NOTA TÉCNICA Nº 004/2006

Pecúlio. Natureza. Contribuição previdenciária. Matérias a serem alegadas em sede de defesa.

NOTA TÉCNICA SN 1/2006

Procedimentos a serem observados pelos procuradores por ocasião dos Recursos Especial e Extraordinário, e respectivos Agravos de Instrumento.

NOTA TÉCNICA SN 2 de 06/06/2006

Alteração da Nota Técnica 08.02.2002 que trata da acumulação de cargos por policiais civis, policiais militares e servidores do Centro de Perícias Renato Chaves.

NOTA TÉCNICA Nº 001/2007

O processo de seleção proposto pela Escola de Governo é o mesmo aplicado tradicionalmente entre as várias instituições de ensino superior. Essa seleção é composta de três etapas, que envolvem: a) a análise documental e o curriculum vitae; b) a análise da carta de intenções; e c) a entrevista.

NOTA TÉCNICA Nº 002/2007

Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). Trata-se de pedido de análise acerca da possibilidade de contratação direta de empresa, em razão de inexigibilidade de licitação.

NOTA TÉCNICA Nº 003/2007

Nomeação do Reitor da Universidade Estadual do Pará – UEPA.

NOTA TÉCNICA Nº 004/2007

Procedimentos adotados no que tange à rescisão do contrato de gestão firmado ente a OSS - Maternidade do Povo e o Estado do Pará por meio da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública (SESPA), para gerência e gestão do Hospital Regional do Baixo Amazonas, localizado em Santarém-PA, concluiu-se que há diversos procedimentos a serem adotados pelo Estado.

NOTA TÉCNICA Nº 005/2007

Análise acerca de pedido de regulamentação da Gratificação de Desempenho de Atividade Mercantil (GDAM), para os servidores ocupantes de cargos efetivos e de funções permanentes, lotados no Quadro de Pessoal da Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA) prevista no art. 44-A da Lei nº

6.874/2006, acrescentado à Lei nº 6.063/1997.

NOTA TÉCNICA Nº 006/2007

A lei Complementar Federal n.º 87/96, em seu art. 1º, inciso I, e, neste mesmo sentido, o art. 2º, inciso I, da Lei estadual n.º 5.530/89 e o art. 2º, inciso I, do Decreto estadual n.º 4.676/01, consideram como ocorrido o fato gerador do ICMS a partir da simples saída de mercadorias de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular.

NOTA TÉCNICA Nº 007/2007

Representação - Reclamações Trabalhistas Movidas por ex-servidores da Assembleia Legislativa - Competência concorrente da PGE.

NOTA TÉCNICA Nº 008/2007

Alienação de bens imóveis pela CDI.

NOTA TÉCNICA Nº 009/2007

Processo de desapropriação de área Localizada no Distrito Industrial no Município de Marabá Autos internos (Procuradoria Geral do Estado) nº 200300002015

NOTA TÉCNICA Nº 010/2007

Delegar autorização para dispensa e respectivo arquivamento dos recursos julgados perante os Tribunais Superiores (STF, STJ E TST) e TRF da 1ª R, nas hipóteses que elenca.

NOTA TÉCNICA Nº 011/2007

Empréstimo consignado.

NOTA TÉCNICA Nº 012/2007

Análise de pleitos de averbação de tempo de serviço temporário prestado ao Estado do Pará em data anterior ao vínculo atual de servidor efetivo ou comissionado.

NOTA TÉCNICA Nº 013/2007

Análise de pleitos de averbação de tempo de serviço temporário prestado no Estado do Pará em data anterior ao vínculo atual de servidor efetivo ou comissionado encontra entendimento pacificado na Administração Pública Estadual.

NOTA TÉCNICA Nº 001/2008

Informar as implicações para o Estado do Pará, no que tange às restrições impostas pela legislação eleitoral (art. 73 da Lei nº 9.504/97).

NOTA TÉCNICA Nº 001-A/2008

Trata-se de matéria situada na esfera de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, nos termos do art. 61, § 1º, II a, c e e da Constituição da República e do art. 105 e 135 da Constituição do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA Nº 002/2008

Orientações à administração pública estadual acerca da vedação imposta pelo artigo 73, VI, “a”, da Lei Eleitoral, relativamente à transferência voluntária de recursos nos três meses que antecedem as eleições municipais de 2008.

NOTA TÉCNICA Nº 002-A/2008

Atribuições da Consultoria Jurídica da Sema. Decreto Estadual nº 0746, de 27/12/2007.

NOTA TÉCNICA Nº 003/2008

Atribuições Da PGE perante o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado.

NOTA TÉCNICA Nº 003/2008 -PGE-PR

Conselho Estadual de Política Agrícola Agrária e Fundiária – CEPAPF.

NOTA TÉCNICA Nº 004/2008

Liminares de Reintegração de Posse Pendentes de Cumprimento.

NOTA TÉCNICA Nº 005/2008

O Decreto Estadual n.º 1.555/1998, que aprova o regimento Interno do Conselho Estadual de Segurança Pública, prevê como prerrogativa do Plenário do Conselho "apresentar projetos de resoluções e formular moções ou recomendações".

NOTA TÉCNICA Nº 006/2008

Subsídio – Polícia Civil.

NOTA TÉCNICA Nº 007/2008

Acordos extrajudiciais.

NOTA TÉCNICA Nº 008/2008

Vedações Eleitorais – Publicidade.

NOTA TÉCNICA Nº 009/2008

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2007, celebrado entre o Estado Do Pará e a Eletronorte, tendo como interveniente a Prodepa.

NOTA TÉCNICA Nº 010/2008

Resolução Nº 17.543 do Tribunal de Contas do Estado do Pará. Da acumulação remunerada de dois proventos de aposentadoria com remuneração de cargo em comissão. Inteligência do art. 37, XVI c/c §10 da CRFB. Da impossibilidade de tripla acumulação remunerada.

NOTA TÉCNICA Nº 011/2008

Editais de concurso público.

NOTA TÉCNICA Nº 012/2008

Repercussão do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3689-PA ajuizada pelo 'PMDB' sobre a ação ordinária de indenização proposta pelo "Município de Água Azul do Norte" contra o "Município de Ourilândia do Norte" e o "Estado do Pará".

NOTA TÉCNICA Nº 013/2008

Caso da fazenda Ubá - ano de 1985. Denúncia internacional da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

NOTA TÉCNICA Nº 014/2008

Pagamento de Produtividade e Análise de casos de Acumulação no Ophir Loyola.

NOTA TÉCNICA Nº 015/2008

Possibilidade de realização de desapropriação da área denominada "Park Arthur Bernardes" em razão da existência de pedido de intervenção federal proposto contra o Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA Nº 001/2009

Concessão e utilização de Terras Públicas para Reflorestamento.

NOTA TÉCNICA Nº 002/2009

Estágio Probatório – Avaliação de Desempenho.

NOTA TÉCNICA Nº 003/2009

Isenção de Taxa de Inscrição em concursos públicos estaduais - cumprimento de liminar decorrente do indeferimento do pedido de suspensão N. 2008.3.011679-2, proferida em Ação Civil Pública - processo 2008.1.005323-7 - 1ª Vara da Fazenda da capital.

NOTA TÉCNICA Nº 004/2009

Licença maternidade – prorrogação.

NOTA TÉCNICA Nº 005/2009

Projeto de Lei de alteração da estruturação do quadro permanente de pessoal de apoio da Procuradoria-Geral do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA Nº 006/2009

Julgamento do incidente de inconstitucionalidade suscitado em Mandado de Segurança sobre o parágrafo 1º do art. 29 da Lei Nº 5810/94 – RJU.

NOTA TÉCNICA Nº 008/2009

Situação jurídica dos aforamentos no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA Nº 009/2009

Ação Civil Pública.

NOTA TÉCNICA Nº 001/2010

Hospital Ophir Loyola. Contratação Emergencial de Médicos Radioterapeutas.

NOTA TÉCNICA Nº 002/2010

Questionamento ao Senhor Procurador Geral do Estado com o objetivo de subsidiar a avaliação do Programa de Ajuste Fiscal do Estado do Pará - 2009 pela Secretaria do Tesouro Nacional.

NOTA TÉCNICA Nº 003/2010

Desnecessidade de Decreto Homologatório das Resoluções da Comissão de Incentivos Fiscais.

NOTA TÉCNICA Nº 001/2011

Para utilizar em seu âmbito a parceria público-privada (PPP), o Estado necessita de Lei própria ou as disposições da Lei nº 11.079/2004 já seriam suficientes?

NOTA TÉCNICA Nº 002/2011

Concurso C -149. Processos Judiciais. Suspensão de Liminares. Nova ACADEPOL aberta por for-

ça de liminar do TJE/PA para candidatos que concluíram as provas da 1ª etapa do certame.

NOTA TÉCNICA Nº 003/2011

Plebiscito.

NOTA TÉCNICA Nº 014/2011

Pagamento de Produtividade e Análise de casos de Acumulação no Ophir Loyola.

NOTA TÉCNICA Nº 001/2012

Proposta de Criação de Laboratório Público.

NOTA TÉCNICA Nº 002/2012

Imóvel cedido em comodato pela PETROBRAS ao Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA Nº 001/2013

Lei de Acesso à Informação.

NOTA TÉCNICA Nº 002/2013

Controle de Veículos por Chip. Competência Legislativa.

NOTA TÉCNICA Nº 001/2014

Concorrência para Ata de Registro de Preços de serviços de produção de CNH e outros documentos de trânsito, carteira de identidade civil e outros serviços da área de tecnologia da informação.

NOTA TÉCNICA Nº002/2014

Situação do Hospital Municipal de Parauapebas – Regionalização e assunção de obras e gestão pelo Estado.

NOTA TÉCNICA Nº003/2014

Projeto de lei complementar que dispõe sobre o financiamento do Regime próprio de Previdência dos servidores públicos do Estado. Unificação dos fundos financeiros FINANPREV e FUNPREV, sob o sistema de repartição simples. Análise preliminar do citado projeto de lei.

NOTA TÉCNICA Nº004/2014

Memorando de entendimentos. Parcerias para desenvolvimento produtivo.

NOTA TÉCNICA Nº005/2014

Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013) – Aplicação direta aos Estados – Necessidade de legislação estadual – comentários sobre sua aplicação prática.

NOTA TÉCNICA Nº006/2014

Protocolo de Intenções para execução de ações voltadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva do óleo de palma. Análise formal do Instrumento.

NOTA TÉCNICA Nº007/2014

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável Nº10.2.0704-1, entre BNDES e Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA Nº008/2014

Abandono de Cargo. Prazo prescricional esgotado. Exoneração ex officio. Falta de Previsão Legal.

NOTA TÉCNICA Nº009/2014

Análise do Protocolo de Intenções e das atribuições da SEMA.

NOTA TÉCNICA Nº010/2014

Resposta a quesitos sobre vedações eleitorais.

NOTA TÉCNICA Nº011/2014

Protocolo de Intenção para execução de ações voltadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva do óleo de palma. Análise formal do instrumento. Análise jurídica administrativa e ambiental.

NOTA TÉCNICA Nº012/2014

É possível a manutenção do projeto Biizu? - oficinas de comunicação para as escolas públicas – não existe lei específica, mas consta no orçamento da Secom, o projeto existe desde março de 2011 ininterruptamente, são entregues certificados com a marca do governo. Análise das vedações do art. 73 da Lei Eleitoral.

NOTA TÉCNICA Nº013/2014

Pregão Eletrônico para Ata de Registro de Preços – Eventual contratação de solução tecnológica integrada para atender à demanda do Estado do Pará – implantação de Banco Único de Identificação Biométrica – produção de CNH e outros documentos de trânsito, carteira de identidade civil e outros serviços.

NOTA TÉCNICA Nº014/2014

Credenciamento de clínicas e instituições para realização de exames de aptidão física e mental e avaliação psicológica em candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

NOTA TÉCNICA Nº015/2014- PGE

Protocolo de Intenções para a execução de ações voltadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva do óleo de palma. Análise formal do Instrumento. Análise jurídica administrativa e ambiental. Segunda versão.

NOTA TÉCNICA Nº016/2014

Implantação do Projeto Esporte Solidário na área do Estádio Edgar Proença - Mangueirão. Não aprovação da prestação de contas, ante a ausência de documentos necessários à análise da devida execução do convênio. Notificação da SEEL para restituição dos valores repassados pela União (R\$389.904,04 - valor atualizado), sob pena de inscrição do Estado como inadimplente no SIAFI, bem como do gestor responsável e do Estado, como responsável solidário, na conta "Diversos Responsáveis" do Governo Federal.

NOTA TÉCNICA SN/2014- PGE

Ementa: Com o advento da Lei Complementar nº 053/2006, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da PMPA, subsiste o Quadro de Organização de Funções de Natureza Policial Militar da PMPA, constante do Anexo da Lei nº 5.276/1985.

NOTA TÉCNICA Nº016/2014- PGE

Convênio Nº 183/1999. Partícipes: União/Ministério do Esporte e Estado do Pará/SEEL. Objeto: implantação do projeto esporte solidário na área do estádio Edgar Proença – Mangueirão. Não

aprovação da prestação de contas, ante a ausência de documentos necessários a análise da devida execução do convênio. Notificação da SEEL para restituição dos valores repassados pela União (R\$- 389.904,04 – valor atualizado), sob pena de inscrição do Estado como inadimplente no Siafi, bem como do gestor responsável e do Estado, como responsável solidário, na conta "diversos responsáveis" do Governo Federal.

NOTA TÉCNICA Nº 001/2015

Procedimentos Financeiros na extinção da Companhia Paraense de Turismo- PARATUR

NOTA TÉCNICA 002/2015

Decreto de Redistribuição de cargos vagos para Promoção de Consultores Jurídicos.

NOTA TÉCNICA 003/2015

Decreto de Redistribuição de cargos vagos para Promoção de Procuradores Autárquicos.

NOTA TÉCNICA N.º 004/2015-PGE

Análise do Anexo ao Termo de Compromisso nº 421.112-51/2014/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal (Processo nº SR 2653.0421.112-51), a ser firmado entre União Federal (por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal) e o Estado do Pará, tendo a Cosanpa como interveniente executor.

NOTA TÉCNICA N.º 005/2015-PGE

Processo de licitação para a contratação de empresa especializada no serviço de locação de aeronave (tipo jato executivo), para atendimento das demandas do gabinete do exmo. Governador do Estado.

NOTA TÉCNICA Nº 006/2015

Minuta de Decreto que institui o procedimento de Manifestação de interesse em projetos de concessão comum de obras e serviços públicos e permissão de serviço público.

NOTA TÉCNICA Nº 007/2015

Projeto Novo Mangueirão.

NOTA TÉCNICA Nº 008/2015

Procedimentos administrativos para o pagamento dos honorários de sucumbência aos procuradores autárquicos lotados no IGEPREV.

NOTA TÉCNICA Nº 009/2015

Impacto da Emenda Constitucional nº 85/2015 na Legislação Estadual.

NOTA TÉCNICA Nº 010/2015

Ofício nº 185/2015- DIPOL/PRESI- COHAB - Ações do Programa Minha Casa Minha Vida 2.

NOTA TÉCNICA Nº 011/2015

Programa de Ajuste fiscal. Sefa. Precatórios. Pará.

NOTA TÉCNICA Nº 012/2015

Requerimento subscrito pelo SINDIFISCO-PA com relação quanto à adoção pelo Estado, do teto remuneratório previsto no art. 37, § 12, da CF/88.

NOTA TÉCNICA Nº 013/2015

Projetos de Lei de iniciativa parlamentar nº 139/2015 e 48/2014. - Denominação de Rodovias Estaduais- Controvérsias- Inexistência de Inconstitucionalidade clara na iniciativa.

NOTA TÉCNICA Nº 014/2015

Projeto de Lei de iniciativa parlamentar nº 103/13- Denominação de bem Público- Controvérsias- Inexistência de Inconstitucionalidade clara na Iniciativa.

NOTA TÉCNICA Nº 015/2015

Projeto de Lei. Alteração dos artigos 5º e 6º da Lei Estadual nº 8.030/2014. Aulas suplementares dos professores da educação básica da rede pública de ensino do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA Nº 016/2015

Termos aditivos aos termos de Compromisso 254.834-35/2008 (Monte Alegre) e 350.812-12/2011(Marabá).

NOTA TÉCNICA Nº 017/2015

Precatórios: Discussão sobre a projeção de acordo com a nova regra.

NOTA TÉCNICA Nº 018/2015

Termo de Composição Técnica entre Tecnomapas, Incra e Iterpa.

NOTA TÉCNICA Nº 019/2015

Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP), Ministério Público Estadual, Polícia Militar do Estado, SINDELP-PA, ADAPPA, ADEPOL, CPC Renato Chaves e União Federal – Polícia Rodoviária Federal. Assunto: Competência Exclusiva ou concorrente para Lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO). Juizados Especiais Criminais. Art.69 da Lei Federal nº 9.099/95.

NOTA TÉCNICA Nº 020/2015

Parque do Utinga.

NOTA TÉCNICA Nº 021/2015

CEF/COSANPA.

NOTA TÉCNICA Nº 022/2015

Ministério Público. Recomendação S/Nº. Reintegração de posse. Atuação da PM.

NOTA TÉCNICA Nº 023/2015

Projeto de Lei de Iniciativa parlamentar nº 18/13- Denominação de bem Público- Controvérsias- Inexistência de Inconstitucionalidade clara na Iniciativa.

NOTA TÉCNICA 024/2015

Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei estadual nº 4.491/73. Auxílio Fardamento.

NOTA TÉCNICA 025/2015

Projeto de Lei de iniciativa parlamentar nº279/14 – Denominação de bem Público – Controvérsias – Inexistência de Inconstitucionalidade clara na Iniciativa.

NOTA TÉCNICA 026/2015

Concorrência Pública n. 001/2015-SEAD. Contratação de empresa especializada na realização de concurso público.

NOTA TÉCNICA 027/2015

Termos Aditivos relativos aos Termos de Compromisso

NOTA TÉCNICA 028/2015

Estudo FIPE. Sistema de subsídios diretos à população para pagamento da conta de água e esgotamento sanitário.

NOTA TÉCNICA Nº 29/2015

Projeto de Lei de iniciativa parlamentar nº 179/15- Denominação de bem Público- Controvérsias- Inexistência de Inconstitucionalidade clara de iniciativa.

NOTA TÉCNICA Nº 30/2015

Termo Aditivo relativo ao Convênio nº 059/2012.

NOTA TÉCNICA Nº 31/2015

Projeto de Lei de iniciativa parlamentar nº 70/14 – Denominação de bem público - Controvérsias - Inexistência de Inconstitucionalidade clara na Iniciativa.

NOTA TÉCNICA Nº 32/2015

Edital PMI Nº 001/2015. Parque Estadual do Utinga.

NOTA TÉCNICA Nº 33/2015

Projeto de Lei de Iniciativa Parlamentar nº 67/15 – Denominação de bem Público. Controvérsias – Inexistência de Inconstitucionalidade clara na Iniciativa.

NOTA TÉCNICA Nº 34/2015

Migração de Folha de Pagamento.

NOTA TÉCNICA Nº 35/2015

Antecipação de Royalties.

NOTA TÉCNICA Nº 036/2015 – PGE

Retorno dos autos da Fundação Propaz acompanhado de nova documentação acerca do pretenso convênio com o Fundo das Nações Unidas para Infância- UNICEF Brasil

NOTA TÉCNICA Nº 037/2015 – PGE

Projeto de Lei. Altera e revoga dispositivos da Lei Estadual Nº 6.439/2002, que institui o Plano de Assistência à Saúde-PAS. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA Nº 038/2015 – PGE

Projeto de lei de iniciativa parlamentar nº 218/13 – Denominação de bem Público – Controvérsias – Inexistência de Inconstitucionalidade clara na Iniciativa.

NOTA TÉCNICA Nº 001/2016-PGE

Realocação de recursos orçamentários para pagamento de depósitos recursais em processos trabalhistas. Liberação de crédito adicional suplementar para pagamento de FGTS. Possibilidade Jurídica.

NOTA TÉCNICA Nº 002/2016-PGE

Contratação de servidores temporários.

NOTA TÉCNICA Nº 003/2016-PGE

Projeto de Lei de Iniciativa parlamentar nº 112/15- Denominação de bem público- Controvérsias- Inexistência de Inconstitucionalidade clara na Iniciativa.

NOTA TÉCNICA Nº 004/2016-PGE

A Emenda Constitucional nº 62/2009 alterou o sistema de pagamento de precatórios pelos Entes Públicos, e o Estado do Pará optou, em 2010, com base no § 1º do artigo 97 do ADCT, pela adoção desse novo regime especial, com o parcelamento dos débitos existentes, em até 15 anos.

NOTA TÉCNICA Nº 005/2016-PGE

Organização social Pará 2000. Contrato de gestão. Pedido de Subvenção social. Requisitos. Artigos 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/64. Artigo 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Autorização por Lei específica. Previsão orçamentária. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA Nº 006/2016-PGE

Locação de espaços físicos, pela SEDAP, na feira de negócios agropecuários de Belém- FENABEL.

NOTA TÉCNICA Nº 007/2016-PGE

Organismo internacional. ONU Habitat. CODEC. Acordo de Contribuição. Doação financeira não-reembolsável. Necessidade de instrução do processo. Previsão orçamentária. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA Nº 008/2016-PGE

Projeto de Parceria Público Privada na área da Educação.

NOTA TÉCNICA Nº 009/2016-PGE

Ministério Público Estadual. Recomendação Administrativa nº 026/2016- MP/1PJ/DPP/MA. Contratação Direta das Centrais Elétricas do Pará S/A-CELPA. Ausência de Certidões Negativas - CNDT. Orientação aos órgãos do Poder Executivo Estadual.

NOTA TÉCNICA Nº 010/2016-PGE

Editais de Concurso PM/2016.

NOTA TÉCNICA Nº 011/2016-PGE.

Contagem de prazos no novo Código de Processo Civil e regramento a respeito de pagamento de porte e remessa de recurso.

NOTA TÉCNICA Nº 012/2016-PGE

PL Previdência dos Militares – Junho/2016

NOTA TÉCNICA Nº 013 /2016-PGE

Análise acerca da responsabilidade subsidiária do Estado perante débitos previdenciários das Sociedades de Economia Mista.

NOTA TÉCNICA Nº 014/2016-PGE

Analisar se o TCU pode realizar auditorias e inspeções no Estado, na forma pretendida.

NOTA TÉCNICA Nº 015/2016-PGE

Projeto de Lei iniciativa parlamentar nº 195/15. Denominação de bem público. Controvérsias - inexistência clara na iniciativa.

NOTA TÉCNICA Nº 016/2016-PGE

Extinção de Companhia Pública

NOTA TÉCNICA Nº 017/2016-PGE

Artigo 37, XVI e VXII da Constituição Federal. Acumulação de cargos e jornada de trabalho

NOTA TÉCNICA Nº 018/ 2016-PGE

Execução de sentença promovida Neuza Maria Rocha Costa em razão de sentença que condenou o Estado do Pará ao pagamento de indenização por desapropriação indireta.

NOTA TÉCNICA Nº 019/2016-PGE

Acordo coletivo de trabalho 2015/2016. Vigência. Teoria da ultratividade – Súmula 277/TST . ADPF Nº 232/ DF. Medida liminar concedida AD REFERENDUM do pleno do STF. Suspebsão de processos judiciais e decisões proferidas com amparo na Súmula 277/TST. Efeito sobre cláusula de ACT da COSANPA. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA Nº 020/2016-PGE

Redutor Constitucional.

NOTA TÉCNICA Nº 021/2016-PGE

Ante projeto de Lei Complementar Estadual alterando dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 039/2002, que Dispõe sobre o Regime de Previdência Estadual e dá outras providências. Revisão da segregação da massa. Instituição de contribuição previdenciária para inativos e pensionistas militares.

NOTA TÉCNICA Nº 022/2016-PGE

Projeto de Lei instituído a semana de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer infantil. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA Nº 023/2016-PGE

Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará – IASEP. Projeto de Lei. Aumento de Alíquota. Alteração da Lei Estadual nº 6.439/2003. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA Nº 024/2016-PGE

Projeto de Lei instituído o "DEZEMBRO VERMELHO" dedicado a ações de prevenção do HIV/AIDS. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA Nº 025/2016-PGE

Pojeto de Lei dispendo sobre a inserção do tipo sanguíneo e fator RH na cédula de identidade, na forma que menciona. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA Nº 026/2016-PGE

Secretaria de Estado de Administração – SEAD.

NOTA TÉCNICA Nº 027, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Projeto de Lei nº 07/15 de 30 de novembro de 2016, dispõe sobre a inserção nos endereços eletrônicos dos órgãos públicos do Estado do Pará, de atalho para acesso a banco de dados de pessoas desaparecidas.

NOTA TÉCNICA Nº 028, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

Ministério Público Estadual. Denúncia de irregularidades na realização de bingos. Solicitação de informações sobre a existência de órgão responsável pela autorização e fiscalização de Bingos. Atual situação Loterpa.

NOTA TÉCNICA Nº 029, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

Projeto de Lei alterando e excluindo dispositivos da Lei Estadual nº 7.368/2009. Iniciativa do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/PA)

NOTA TÉCNICA Nº 030, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

Minuta de Decreto dispendo regras de governança para empresas estatais integrantes da Administração Pública Estadual, que tiverem, em conjunto com suas respectivas subsidiárias, no exercício social anterior, receita operacional bruta inferior a 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) na forma da Lei nº 13.303/2016.

NOTA TÉCNICA Nº 031, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

Sanção ou veto ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2016- Lei Orgânica do TCM

ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/1994 – PGE-G

Ficam os Procuradores de Estado encarregados de informar às Subprocuradorias de suas respectivas áreas todas as sentenças e acórdãos proferidos em processos judiciais, sob sua responsabilidade, no prazo de 5 (cinco) contados da intimação.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/1994 A- PGE-G- Revogada pela OS s.n de 30/07/2004

Aos responsáveis pelo suprimento de fundos.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/1994 - PGE-G

Determina que todas as compras do Órgão, inclusive, peças e livros jurídicos deverão ser adquiridas exclusivamente pela Divisão de Material do órgão, o qual deverá atestar as notas fiscais.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/1994 - PGE-G

Ao responsável pelos "contratos" do órgão, determina que os contratos devem ser publicados no Diário Oficial do Estado e inscritos no TCE.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 04/1994 - PGE-G

Aos recebedores de diárias, que a partir de janeiro de 1994 os funcionários estão abrigados a comprovar os recursos recebidos com Diárias (311102).

ORDEM DE SERVIÇO Nº 05/1994 - PGE-G

À Divisão de Serviços Gerais, a partir do exercício de 1994, todos os serviços do órgão serão de responsabilidade dessa Divisão que deverá atestá-los para efeito de comprovação perante o Tribunal de Contas do Estado.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 06/1994 - PGE-G

Determina que a partir desta data, as licenças médicas e os afastamentos temporários por motivo de saúde, só serão apreciados pelo Procurador Geral do Estado, mediante apresentação de atestado médico oficial do Estado na forma do artigo 81, da Lei nº 5.810, de 24/01/94, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/1995 - PGE-G

Determina que o Procurador do Estado, Dr. Alfredo Antônio Goulart Sade, proceda a leitura diária do Diário da Justiça da União, enviando, por meio de fax, no mesmo dia da publicação, todas as ementas de interesse do Estado do Pará, além de cuidar da protocolização, em prazo, das petições enviadas a Brasília pelos Procuradores lotados em Belém e acompanhar seu trâmite na Capital Federal.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/1995 - PGE-G- Revogada pela OS s.n de 30/07/2004

Determina que todo e qualquer pedido de Dispensa de Recurso deva ser, previamente aprovado pelo Procurador Geral do Estado.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/1997/PGE-G- Revogada pela OS s.n de 30/07/2004

É de exclusiva responsabilidade do Procurador de Estado, o acompanhamento e a adoção de providências judiciais e extrajudiciais, naqueles processos que lhe forem distribuídos, devendo o mesmo velar, rígida e ativamente, pela fiel observância de prazos e realização das diligências necessárias à perfeita defesa dos interesses do Estado, ainda quando estas sejam delegadas à servidor do órgão.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/1997/PGE-G- Revogada pela OS s.nº de 30/07/2004

As atribuições da extinta Procuradoria Fiscal do Estado serão centralizadas no prédio da Procuradoria Geral, incluindo-se também o Setor Judiciário.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/1997

É de responsabilidade do Procurador do Estado a elaboração dos ofícios a serem encaminhados aos demais órgãos da Administração, Direta ou Indireta, acostando aos mesmos toda a documentação necessária.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/97-PGE/GAB- Revogada pela OS s.n de 30/07/2004

É proibida a venda, nas dependências da Procuradoria Geral do Estado, de todo e qualquer tipo de produto, apresentado ou comercializado por servidores, vendedores ambulantes, corretores, representantes comerciais, ou afins.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/1998 - Revogada pela OS s.n de 30/07/2004

A responsabilidade pelo protocolo das peças processuais (recursos, etc.), afetos aos Processos sob a tutela da Procuradoria Geral, é exclusivamente dos Senhores Procuradores do Estado, na forma do

que determina as Ordens de Serviço Nos. 001/94 e 001/97.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/1998/PGE-GAB

Determinar que a funcionária Edilene Chaves Macedo Pedrosa, a partir desta data, exerça as funções de Coordenadora Administrativa da Área Fiscal da PGE, devendo obrigatoriamente, concentrar e promover a triagem de todos os expedientes concernentes à área, inclusive aqueles oriundos dos diversos setores fiscais da casa, repassando-os, no que for pertinente, ao Coordenador, para despacho.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/1998/PGE-G

O processo para confirmação na carreira de Procurador em estágio probatório iniciar-se-á na Coordenação da Procuradoria Judicial, que formalizará o processo, remetendo-o ao Presidente do Conselho Corregedor, devidamente instruído, em pasta individualizada, com a indicação do nome do Procurador e o prazo para conclusão dos trabalhos.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001 de 19/01/1999

Determina que as informações em sede de Mandado de Segurança cuja autoridade coatora seja o Exmo. Sr. Governador do Estado do Pará, deverão obedecer aos requisitos exigidos, os quais encontram-se à disposição dos Senhores Procuradores na Secretaria da Coordenação Judicial.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002 de 21/01/1999-PGE/CJ- Revogada pela OS s.n de 30/07/2004

Deverão ser adotadas pela Secretaria da Coordenação Judicial e Secretaria da Procuradoria Judicial.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003 de 22/01/1999-PGE/CJ

Determina aos servidores lotados na Procuradoria Judicial e Secretaria da Coordenação da Procuradoria Judicial.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/1999-PGE/CJ- Revogada pela OS s.n de 30/07/2004

Quanto a expedição de ofícios.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 005/1999- Revogada pela OS s.n de 30/07/2004

Determina aos Senhores Procuradores do Estado que o prazo para exarar Pareceres será de 15 dias, contados da data do recebimento dos processos, de distribuição dirigida ou regular, pelo Procurador, nesta PGE.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 005 de 10/02/1999-CPJ/PGE

Nos expedientes dirigidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, referentes aos processos acompanhados pela PGE, deverá o Procurador responsável identificar corretamente: o número do respectivo processo, o Juízo competente e inclusive, a identificação correta dos Srs. Juizes e Desembargadores, observando-se cada caso concreto.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 007/1999/GAB- Revogada pela OS s.n de 30/07/2004

Determina aos Senhores Procuradores do Estado que o prazo para exarar Pareceres será de 15 dias, contados da data do recebimento dos processos, de distribuição dirigida ou regular, pelo Procurador, nesta PGE.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 007/1999/PGE/DA

Resolve que fica, a partir de 15.03.99, vedada a entrada de veículos particulares no estacionamento

desta Procuradoria Geral do Estado.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 008/1999- Revogada pela OS s.n de 30/07/2004.

Determina aos Senhores Procuradores do Estado, lotados na Procuradoria Fiscal que o prazo para ajuizamento de Execuções Fiscais será de 30 dias contados da data do recebimento do respectivo processo pelo Procurador, da Secretaria da Procuradoria Judicial.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 010/1999/GAB/PGE- Revogada pela OS nº003/2000 – PGE/GAB

Determina aos Senhores Procuradores do Estado que os processos onde haja necessidade de conferência de cálculos ou de outra qualquer manifestação que envolva valor ação numérica, sejam imediatamente remetidos ao Setor de Execução, nas 24 horas subsequentes a regular distribuição.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 010/1999

Determina que deverão os Srs. Procuradores, até o dia 20/10/1999, entregar, no Centro de Estudos, disquetes contendo as teses jurídicas ou pareceres mais importantes produzidos pelo respectivo procurador, sendo que os nomes dos arquivos contidos no disquete deverão trazer alguma informação que permita identificar o assunto contido no texto.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 011/1999/PGE-DA

Resolve que fica proibido fotocopiar documentos particulares ou estranhos aos serviços internos da Procuradoria Geral do Estado.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 012/1999/GAB/PGE

Que nos processos onde haja expressa dispensa, por parte desta Coordenação, de manifestação ou impugnação sobre cálculos de liquidação, bem como de embargos à execução ou agravo de petição, o Procurador responsável deverá peticionar nos autos informando que o Estado nada tem a opor.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2000/GAB/PGE

Determina aos Srs. Procuradores do Estado que na emissão de PARECERES deverão ser observados, como requisitos mínimos, os constantes do anexo.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2000-PGE-DA- Revogada pela OS s.n de 30/07/2004

A Diretora Geral de Administração, visando regulamentar o período de férias para 2001 dos servidores desta Procuradoria, na forma do Decreto nº 0012/95, adota medidas administrativas.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2000

Organização dos processos.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/2000

Determina aos Senhores Procuradores que a responsabilidade pela confecção de todas e quaisquer peças a serem apresentadas em processos, cíveis e trabalhistas, em fase de execução, será dos procuradores lotados no referido Setor.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2001

Determina as obrigações do estagiário.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2001-PGE/GAB

Resolve a partir da publicação deste ato, todos os procedimentos, controles e orientações referentes

a atuação dos procuradores(as) lotados no interior do Estado referente a área tributária ficam submetidos à Subprocuradoria Administrativa e Patrimonial.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2001/PGE/DA

Fica, a partir desta data, instituído o uso obrigatório do crachá, nas dependências desta Procuradoria pelos servidores e estagiários.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/2001

Determina a distribuição de processos novos deverá ser feita nos moldes dos procedimentos comuns já existentes nesta Procuradoria.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/2001-DA

À Diretoria de Administração em atendimento a Resolução CGE nº 01, de 18-01-2000, no que diz respeito ao critério do sistema de concessão do vale-transporte e vale alimentação, devendo a ser observado o controle efetivo no uso aos recursos públicos, adota as seguintes medidas administrativas.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/2001

Resolve proibir os senhores servidores e estagiários de acessar sites e utilizar os E-mails oficiais deste Órgão para assuntos particulares, sob pena das sanções previstas no RJU.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 005/2001

Redução do consumo de energia elétrica.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2002/PGE-GAB

Criar, no âmbito da Subprocuradoria Cível, o Setor Especializado de Pareceres, integrado por Procuradores cuja principal atribuição será a de consultoria jurídica em face de consultas oriundas de órgãos da Administração Direta entidades da Administração Indireta.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2002 DO SETOR DE EXECUÇÃO

Acatando integralmente as sugestões do ilustre colega, Dr. Fábio Guy Lucas Moreira, adoto abaixo a divisão de tarefas no Setor de Negociações, com o fito uniformizar os procedimentos a serem seguidos com vistas a agilizar os serviços e contribuir para o perfeito desenrolar dos processos em negociações até arquivamento definitivo dos mesmos.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2002

Considerando a necessidade de se regular o registro de ponto dos servidores desta Procuradoria, adota as seguintes medidas administrativas.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2002

O Supremo Tribunal Federal mantém o entendimento segundo o qual, o artigo 37, XI da Constituição Federal não é auto-aplicável e depende de regulamentação, inclusive no que se refere à incidência do redutor Constitucional sobre as vantagens pessoais, que integram a remuneração ou subsídios dos servidores ou agentes públicos.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/2002-DGA/PGE

Aprovar a Ordem de Serviço nº 03/2002-DGA/PGE, que estabelece os limites para a requisição de cópias xerográficas neste órgão da Administração.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/2002

Os processos recebidos a título de acompanhamento, em virtude de férias do titular, são de inteira responsabilidade do Procurador que acompanha o feito em qualquer período.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/2002

A partir do dia 30 de setembro de 2002, os Procuradores Artemio Marcos Damasceno Ferreira, Ana Cristina Soares, Soraya Fernandes Leitão e Mônica Martins Toscano Simões, deixarão de receber em distribuição regular, bem como acompanhar Processos Judiciais contenciosos, ficando com suas atuações restritas aos assuntos relacionados com Consultas e Pareceres de interesse do Órgão.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/2002 .

Resolve ao receber publicação de decisão de que caiba Recurso de Agravo Regimental (Agravo Interno ou Agravo Inominado), junto aos Colendos Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST) ou Tribunal Regional Federal (TRF da 1ª Região), o Procurador do Estado titular, ou de qualquer modo vinculado ao Processo, deverá contatar o Coordenador da Procuradoria Setorial de Brasília-DF, a fim de notificá-lo sobre o conteúdo do Recurso ao qual foi negado provimento pelo Relator, ou negado seguimento à Turma, para que seja elaborado e interposto o novo Recurso, a cargo e sob a responsabilidade do Procurador lotado na referida Setorial.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2003-CGAF/PGE

Resolve aprovar a Ordem de Serviço nº 01/2003-CGAF/PGE, que estabelece obrigatoriedade de atesto nas documentações fiscais e recibos deste órgão da Administração.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2003- Revogada pela OS s.n de 30/07/2004 – PGE/GAB

Determina que ocorrendo publicação de decisões envolvendo demandas em curso, a responsabilidade pelo acompanhamento, fotocópia de documentos e demais atos eventualmente necessários para elaboração de atos processuais é do Procurador do feito.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2003

Considerando os termos do Acórdão nº 33.355, oriundo do E. Tribunal de Contas do Estado, considerando que caberá ao interessado buscar o direito à incorporação das gratificações de locomoção e risco de vida. Determina que o precedente acima citado, cuja cópia consta no Centro de Estudos, deverá ser utilizado nos recursos interpostos perante o Tribunal de Contas, inclusive nos pedidos de reconsideração, assim como nas demandas judiciais sobre assunto, de modo a demonstrar que a postura do Executivo encontra ressonância no Poder Judiciário, enquanto administrador.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/2003

À PCTA, Procuradoria Fiscal, Procuradoria de Execuções e Procuradoria Fundiária. Determina que seja solicitado a todos os Procuradores que atuam na área judicial, que encaminhem às respectivas Coordenações, até o dia 28.02.03 lista dos processos mais relevantes sob seu acompanhamento, informando dados do processo e a situação atual.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 04/2003- Revogada pela OS s.n de 30/07/2004

Pautas de julgamentos – Tribunais Superiores.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 005/2003

Perícias judiciais - apresentação de quesitos e assistentes técnicos do Estado.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 006/2003/GAB/PGE

Determina aos Srs. Procuradores do Estado que todos os processos referentes ao Concurso Público C-69 sejam devolvidos à Secretaria da Procuradoria Geral, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, para posterior encaminhamento ao Dr. Fábio Moreira.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 007/2003/GAB/PGE

A PCTA, Procuradoria Fiscal, Procuradoria de Execuções e Procuradoria Fundiária .Reitero a determinação anterior, para que no prazo de 30 (trinta) dias a contar desta data, todos os Procuradores encaminhem às respectivas Coordenadorias a lista dos Processos mais relevantes, obedecendo os critérios impostos pelo item 4 da referida OS 003/2003.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 08 /2003-PGE-G. - Revogada pela OS nº10/2003 – PGE/GAB

Determina que compete aos Coordenadores das Procuradorias Cível, Trabalhista e Administrativa, de Execução, Consultiva, Fiscal, Fundiária e Setorial de Brasília-DF, a assinatura de Ofícios às autoridades, no interesse dos Processos afetos a suas respectivas competências.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 009/2003/GAB/PGE

Vale-alimentação.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 10/2003- Revogada pela OS s.n de 30/07/2004

Encaminhamento e assinatura de ofícios vinculados aos processos judiciais e destinados aos titulares dos órgãos da administração - normatização.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 011/2003- Revogada pela OS s.n de 30/07/2004

Determina que os Procuradores lotados na Procuradoria de Execuções atuarão em processos administrativos e judiciais afetos a quaisquer das classes no âmbito daquela Procuradoria.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 012/2003

Determina que todo consumo de refeições ou lanches, deverá ser feito nas dependências da COPA que se localiza no anexo ao prédio sede.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 013/2003

Determina aos Srs. Procuradores que encaminhem à PCTA, todos os processos que estejam sob sua responsabilidade, e que versem sobre ausência de prestação de contas de verbas oriundas do FUNDEF e/ou denúncias sobre o não pagamento de professores pelos Municípios partícipes de convênios firmados com o Estado para municipalização do ensino, em razão de uniformização de entendimento e providências em torno de parecer do Dr. Sandoval Silva aprovado por este Gabinete.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 014/2003

Determina que, dentro do prazo de cinco dias, a contar da publicação da presente, a decisão prolatada nos autos da ADPF 33, (cópia com a PCTA e Centro de Estudos) seja juntada em todos os processos, inclusive naqueles com execução em curso, cujo objeto trate da vinculação da remuneração de servidor ao salário mínimo (art. 34 do Regulamento do antigo IDESP).

ORDEM DE SERVIÇO Nº 015/2003- Revogada pela OS s.n de 30/07/2004.

Conferir à Coordenação da Procuradoria Cível, Trabalhista e Administrativa atribuições.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 016/2003

Aos Procuradores do Estado lotados na PCTA. Recomenda que, diante da referida omissão da em-

presa Varg-Consultoria e Serviços, Ltda., seja requerido em Juízo o chamamento da empresa S.G.E.- Serviços Gerais e Engenharia, Ltda., CNPJ nº 83.343.665-0001/25, com endereço na rua Frederico Schimeipp, Vila José, nº 25, bairro Telégrafo, nesta, por se tratar, de empresa sucessora, com fundamento nos arts. 10 e 448, ambos da CLT, bem como dos sócios desta última e da empresa VARG, com base na desconsideração da personalidade jurídica.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2004

Determina aos Procuradores do Estado que, ao oficiarem aos Órgãos da administração solicitando remessa de documentos, ou informações, a serem utilizadas na confecção das peças de defesa do Estado, estabeleçam, objetivamente, a data final para que tais documentos sejam entregues nesta Procuradoria Geral.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2004

Determina aos Procuradores do estado que, ao prestarem informações em Mandado de Segurança interpostos em face das Autoridades Estaduais, encaminharem ao Gabinete, também, cópia integral da referida peça, para coleta de assinatura.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2005-PGE/GAB

Resolve que os documentos e petições destinados a protocolo no interior do Estado serão encaminhados pelo Procurador do feito ao Coordenador da Procuradoria responsável, com a solicitação de viagem.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/2005- PGE-GAB.

Resolve que os documentos e petições destinados a protocolo no interior do Estado serão encaminhados pelo Procurador do feito ao Coordenador da Procuradoria responsável, com a solicitação de viagem.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 04/2005

O Procurador Geral do Estado, visando regulamentar, na forma do Decreto nº 012/95, a programação anual de férias dos servidores desta PGE, para o ano de 2006, determina medidas administrativas.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 005/2005

Encaminhamento e assinatura de ofícios vinculados aos processos judiciais e destinados aos titulares dos órgãos da administração pública – normatização.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2006

Visando assegurar os interesses do Estado do Pará, nos mandados de seguranças, determina a adoção de providências.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2006-PGE/GAB

Estabelece os parâmetros de guarda, controle e responsabilização dos bens públicos adquiridos pela Procuradoria Geral do Estado.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03 /2006.

Resolve determinar, em caráter provisório, que um terço parte (1/3) das Ações Trabalhistas aforadas no Interior em que o Estado do Pará ocupe o polo passivo da demanda, serão distribuídas entre os Procuradores da Classe Inicial lotados nas Procuradorias de Execuções (PEXE) e Procuradoria Fiscal (PROFISCO), obedecendo a classificação decrescente do certame em que foram aprovados e

em distribuição igualitária entre os Procuradores.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/2006

Utilização dos serviços reprográficos na PGE.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 05 /2006/PGE-GAB

Resolve determinar que os Procuradores lotados na PCTA encaminhem a lista dos processos judiciais mais relevantes, quer sob o aspecto financeiro, quer envolvendo outros interesses da administração, que mereçam acompanhamento direto da chefia do órgão.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2007

Recomenda aos Srs. Procuradores que, nas peças processuais, suscitem a prescrição do direito de ação, de acordo com a regra que melhor se coadune à defesa do interesse público em juízo, observadas as disposições do art. 205 do Código Civil, que fixam prazos de prescrição inferiores aos do Decreto-lei nº 20.910/32.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2007

Delegação para arquivamento definitivo de autos na Procuradoria Fundiária.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/2007

Procedimento interno para utilização do sistema E-Proc do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/2007

Encaminhamento e Assinatura de Ofícios.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 005/2007

Agravos de Instrumento dirigidos aos Tribunais Superiores.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 006/2007

Pastas de ofícios no servidor PGE.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 007/2007

Distribuição de processos na PCA e designação de Procurador para responder pela Classe Superior da PCA.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 008/2007

Dispensa de interposição de recurso nos casos de decisão sobre deferimento ou não de pedido de justiça gratuita.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 009/2007

Repercussão geral nos Recursos Extraordinários.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 010/2007

Denominação dos juízes da Justiça Militar do Estado do Pará.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 011/2007- Revogada pela OS nº 012/2007

Prazos para exarar pareceres e manifestações no âmbito Da Procuradoria Geral do Estado do Pará.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 012/2007-GAB/PGE

Resolve que os processos encaminhados a esta Procuradoria Geral para análise jurídica serão despachados pelo Procurador Geral ou de quem lhe faça as vezes e enviados à unidade administrativa competente, para exame da questão por Procurador do Estado, com base em sua livre convicção jurídica.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 013/2007

Apoio de procuradores na realização de audiências trabalhistas na capital em que for parte o Estado do Pará.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2008

Distribuição de processos na PCTA e apoio nas audiências realizadas no interior.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2008/GAB/PGE

Resolve que os requerimentos dos servidores, à exceção dos formulados pela ASPGE, devem ser inicialmente remetidos ao DRH, onde devem ser devidamente instruídos.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/2008

Propositura de ações rescisórias quando a decisão definitiva violar interpretação constitucional do STF, especialmente nos casos de 8.5 salários-mínimos. Interpretação da ADPF Nº47.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/2008

Pedido de tutela antecipada nas ações rescisórias em curso nos casos de 8,5 salários-mínimos. Interpretação da ADPF nº 47.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 005/2008

Regime de apoio entre os procuradores da PEXE e PCTA - Classe Superior, nas demandas que envolve servidores temporários.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 006/2008

Estabelece normas relativas à segurança nos protocolos de Agravo de Instrumento para os Tribunais Superiores, no que pertine as peças apresentadas.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 007/2008

Apoio de Procuradores na realização de atos processuais de natureza tributária contenciosa em que for parte o Estado do Pará.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 008/2008

Regras de uso do estacionamento da Procuradoria Geral do Estado do Pará.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 009/2008

Visa regulamentar a programação anual de férias para 2009 dos servidores desta PGE, na forma do decreto nº 012/95, determinando medidas administrativas.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 010/2008

Utilização da copa para consumo de refeições e lanches.

ORDEM DE SERVICO 001/2009 - PGE

Determina que os Procuradores do Estado interessados em auxiliar no acompanhamento das ações de execução fiscal, voluntariamente, se habilitem perante a Coordenação da Procuradoria Fiscal.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2009

Visa regulamentar a programação anual de férias para 2009 dos servidores desta PGE, na forma do decreto nº 012/95, determina medidas administrativas.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/2009- PGE - G

Considerando o Decreto nº 1618 de 24.04.09; Resolve que o registro diário da frequência dos servidores será procedido por meio de relógio de ponto biométrico, para registro de entrada e saída ou folha de frequência, em caso de problemas técnicos no relógio biométrico, com tolerância de 15 minutos para entrada e 30 minutos para saída.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/2009- Revogada pela OS nº11/2011 – PGE/GAB

Medidas a serem adotadas nos serviços prestados pelo gabinete aos procuradores.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 005/2009

Medidas a serem adotadas pelos procuradores lotados na procuradoria civil, trabalhista e administrativa.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 006/2009

Medidas a serem adotadas nesta procuradoria geral do estado em face dos processos com prazos exíguos e urgentes recebidos às sextas-feiras ou vésperas de feriados.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2010- Revogada pelas OS nº002/2011 e 005/2011 – PGE/GAB

Determina que fica estabelecido que na data exata do aniversário o(a) servidor(a) fica dispensado(a) do expediente de trabalho.

ORDEM DE SERVIÇO PCTA/PGE Nº 02/2010 – Alterada pela OS PCTA/PGE nº 003/2010- Revogada pela OS nº005/2011 – PGE/GAB

Implantação do projeto da PCTA.

ORDEM DE SERVIÇO PCTA/PGE Nº 003/2010

Alteração na ordem de serviço PCTA/PGE Nº 002/2010

ORDEM DE SERVIÇO Nº 04/2010

Determinar que a licença-prêmio seja, impreterivelmente, gozada em período de 60 (sessenta) dias corridos, ou em duas parcelas de 30 (trinta) dias.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 05/2010

Resolve determinar que os carimbos nesta Procuradoria sejam feitos de forma mais genérica possível para evitar gastos desnecessários.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 06/2010

Regulamentar a programação anual de férias para 2011 dos servidores desta PGE, na forma do decreto nº 012/95, determina medidas administrativas.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 07/2010-GAB/PGE

Resolve que para fins de cumprimento do disposto no Decreto Estadual 2.094/2010 e como forma de atender aos requisitos constantes do art. 13 da Lei n.º 8.429/1992 e art. 1º da Lei Estadual n.º 5.947/1996, deverão os Procuradores do Estado e servidores efetivos, comissionados e temporários

da Procuradoria Geral do Estado do Pará: Apresentar anualmente, em papel, Declaração de Bens e Valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada na Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado envelope lacrado, devendo o servidor interessado rubricar no espaço correspondente ao fechamento do envelope, juntamente com o Corregedor da Procuradoria Geral do Estado.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2011

Horário de funcionamento da Procuradoria-Geral do Estado.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002 /2011 – PGE/GAB

Expediente de trabalho na data de aniversário de servidor.

ORDEM DE SERVIÇO Nº003 /2011 PGE/GAB

Tramitação de documentos.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004 /2011 -PGE/GAB

Requisição on-line para entrega de material.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 005 /2011 – PGE/GAB

Dispensa do expediente na data de aniversário de servidor.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 006 /2011 – PGE/PA- Revogada pela OS nº02/2016 – PGE/GAB

Delegação de competência para dispensar a interposição de recursos junto aos Tribunais Superiores nas hipóteses que elenca.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 007 /2011 – PGE/PA

Restrições à distribuição de conteúdo jornalístico para a imprensa.

ORDEM DE SERVIÇO Nº008/2011- PGE/GAB.- Revogada pela OS nº14/2011 – PGE/GAB

Procedimentos administrativos para a concessão de diárias.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 009 /2011- PGE/GAB – Alterada pela OS nº 010/2011 –PGE/GAB

Elaboração e expedição de ofícios. Padronização de peças processuais, manifestações, impressos e pareceres.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 010/2011 –PGE/GAB

Alteração da ordem de serviço nº 009/2011, que trata da elaboração e expedição de ofícios, e da padronização de peças processuais, manifestações, impressos e pareceres.

ORDEM DE SERVIÇO Nº011 /2011 – PGE/GAB- Revogada pela OS nº002/2016 – PGE/GAB

Medidas a serem adotadas nos serviços prestados pelo Gabinete aos Procuradores.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 12/2011

Medidas judiciais para alteração de nomes de Procuradores em processos.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 13/2011- PGE/GAB- Revogada pela OS nº15/2011 – PGE/GAB

Formação DF, Agravos de Instrumento.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 14/2011-PGE/GAB

Procedimentos administrativos para a concessão de diárias.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 15/2011-PGE/GAB- Revogada pela OS nº10/2014 – PGE/GAB

Agravos de Instrumento.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 16/2011-PGE/GAB- Revogada pela OS nº002/2016 – PGE/GAB

Dispensa de cobrança de honorários.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 017/2011- PGE/GAB

Visa regulamentar a programação anual de férias dos servidores desta PGE.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2012- Revogada pela OS nº002/2016 – PGE/GAB

Dispensa de adoção de medidas judiciais.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2012

Uniformização dos procedimentos junto às regionais.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/2012- Revogada pela OS nº004/2014 – PGE/GAB

Recursos Extraordinários e Especiais.

ORDEM DE SERVIÇO SNº/2012

Caso seja ordenado pelo Desembargador relator ou pela Presidência do TJE/PA o sobrestamento de recurso interposto pelo Estado, o Procurador responsável pelo feito deverá analisar a adequação do sobrestamento, procedendo ao cotejo entre a(s) tese(s) ventiladas no recurso sobrestado e a(s) tese(s) discutidas no recurso-paradigma, no âmbito do Tribunal Superior.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2013- Revogada pela OS nº 008/2014 – PGE/GAB

Recursos.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2013

Protocolo de petições.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/2013

Prazos internos.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2014 – Revogada pela OS nº 04/2014- PGE/GAB

Recursos Extraordinários e Especiais.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2014- Revogada pela OS nº002/2016 – PGE/GAB

Recursos nas ações de saúde.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/2014

Sustentação oral em processos de interesse do Estado.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 04/2014

Recursos Extraordinários e Especiais. Revogação da ordem de serviço nº 01/2014.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 05/2014- Revogada pela OS nº002/2016 – PGE/GAB

Desistência de ação de Execução Fiscal na forma da Lei N° 7772/2013.

ORDEM DE SERVIÇO N° 06/2014

Fluxo de informações no site da Procuradoria-Geral do Estado do Pará.

ORDEM DE SERVIÇO N° 08/2014

Recursos.

ORDEM DE SERVIÇO N° 09/2014

Política de empréstimo do acervo do Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará.

ORDEM DE SERVIÇO N° 10/2014

Agravos de Instrumento.

ORDEM DE SERVIÇO N° 11/2014

Determina prazos para a entrega dos formulários contendo as metas quadrimestrais e dos respectivos relatórios de produção.

ORDEM DE SERVIÇO N° 001/2015- PGE/GAB

Secretaria das Procuradorias Regionais. Processo Digital.

ORDEM DE SERVIÇO N° 002/2015- PGE/GAB

Estrutura a Procuradoria de Assessoramento Jurídico à Chefia do Poder Executivo, conforme LC n° 41/2002, com redação da LC n° 099/2015.

ORDEM DE SERVIÇO N° 004/2015-PGE/GAB

Art. 1º -F da Lei n° 9.494/97. Ações Diretas de Inconstitucionalidade n° 4.357/DF e 4.425/DF. Modulação dos efeitos. Controvérsia pendente de definição em sede de repercussão geral (RE n° 870.947, Relator: Min. Luiz Fux).

ORDEM DE SERVIÇO N° 001/2016- PGE/GAB

Normas sobre Conciliação e atuação junto aos juizados especiais da Fazenda Estadual (LOf n° 12.153/09) e Federal (LOf n° 10.259/01)

ORDEM DE SERVIÇO N° 002/2016- PGE/GAB

Consolidação das Dispensas de Atuação Judicial.

ORDEM DE SERVIÇO N° 003/2016- PGE/GAB

Orientações a respeito da eficácia e aplicação das disposições do novo Código de Processo Civil.

ORDEM DE SERVIÇO N° 004/2016-PGE/GAB

Tramitação de autos judiciais na PGE.

ORDEM DE SERVIÇO N° 006/2016-PGE/GAB

Consolidação das Dispensas de Atuação Judicial.

PORTARIAS – PGE (excluídas PO de sindicância, PAD, férias, fiscais de contratos e similares)

PORTARIA N° 146/97 - PGE, DE 04 DE AGOSTO DE 1997

O servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Procurado-

ria Geral do Estado do Pará, ficará sujeitos nos primeiros 24 (vinte e quatro) meses de exercício, a estágio probatório, durante o qual será avaliada sua aptidão para o desempenho do cargo.

PORTARIA Nº 063- PGE, DE 18 DE ABRIL DE 2000

Proibir a entrada e estacionamento de veículos particulares, não sendo admitidas quaisquer exceções observando-se o dispositivo no inciso IV do art. 177 do Regime Jurídico único.

PORTARIA Nº 327/2003 PGE-GAB

Delegar à Coordenação da Procuradoria de Execuções, a competência prevista no art. 5º, III da Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, no que se refere à autorização para não interposição de recursos judiciais e/ou medidas impugnativas, quando o valor da execução for de até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

PORTARIA Nº 495/2003 - PGE, DE 21 DE OUTUBRO DE 2003.

Ficam estabelecidos os seguintes procedimentos para entrada, circulação e saída de veículos no estacionamento do acesso da Procuradoria.

PORTARIA Nº 549/03 - PGE, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2003.

Delegar à Coordenação da Procuradoria Cível, Trabalhista e Administrativa a competência prevista no art. 5º, III da Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, no que se refere à dispensa de recursos nas hipótese em que a matéria tenha sido objeto de Nota Técnica ou Ordem de Serviço

PORTARIA Nº 032/2004-PGE-GAB

Delegar à Coordenação da Procuradoria Fiscal a competência prevista no art. 5º, III da Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, no que se refere à autorização para desistência de execuções fiscais, sempre que a Secretaria Executiva da Fazenda comunicar a quitação do débito por parte do executado.

PORTARIA Nº 036 /2004 - PGE/GAB, DE 23 DE JANEIRO DE 2004

Delegar à Coordenação da Procuradoria Cível, Trabalhista e Administrativa a competência prevista no art. 5º, III da Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, no que se refere à dispensa de recurso nas hipóteses em que a matéria tenha sido objeto de Nota Técnica ou Ordem de serviço

PORTARIA Nº 387/2005-PGE/GAB, DE 03 DE AGOSTO DE 2005.

Conferir às Coordenações das Procuradorias Fiscal, Fundiária, Consultiva, de Execuções, Cível, Trabalhista e Administrativa, atribuições.

PORTARIA Nº 348/2006, DE 04 DE JULHO DE 2006

Disciplinar a primeira eleição dos membros do Conselho Diretor previsto no art. 27, §2º, acrescentado à Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, pela Lei Complementar nº 056, de 28 de junho de 2006.

PORTARIA Nº 734/07 PGE GAB - SEMA GAB, DE 17 DE OUTUBRO DE 2007.

Estabelecer trâmite emergencial entre os dois órgãos de expedientes administrativos da consultoria jurídica.

PORTARIA Nº 204/2010-PGE/GAB, DE 26 DE ABRIL DE 2010

Instituir o Grupo de Trabalho formado pelos Procuradores do Estado Carolina Ormanes Massoud,

Giselle Benarroch Barcessat Freire, Ary Lima Cavalcanti e Marcus Vinicius Nery Lobato, sob a presidência da primeira, para avaliar as questões referidas nos “considerandos” desta Portaria, e sobretudo o impacto a ser sofrido pelo Estado do Para com a fragmentação de seu território.

PORTARIA Nº 064/2011, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

Delegar poderes ao Procurador-Geral Adjunto.

PORTARIA Nº 249/11-PGE/GAB, DE 09 DE MAIO DE 2011

Delegar atribuições à Procuradora do Estado Carolina Ormanes Massoud, identidade funcional nº 5858909/1, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Gabinete.

PORTARIA Nº 530/2011-PGE/GAB, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

Promover os servidores do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado ao Nível II.

PORTARIA Nº 549 / 11 – PGE/GAB, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Designar os servidores e autoridades abaixo relacionados para constituir a Comissão do XVIII Concurso Público para preenchimento de cargos de provimento efetivo de Procurador do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 550 / 11 – PGE/GAB, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Designar os procuradores abaixo relacionados para compor a Equipe Multidisciplinar, para comprovação da deficiência apontada no ato da inscrição e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

PORTARIA Nº 689/11-PGE/GAB, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

Delegar competência ao Procurador Geral Adjunto e ao Chefe da Divisão Financeira.

PORTARIA Nº 820/2013-PGE/GAB, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

Determinar a observância das seguintes diretrizes, em estrita conformidade com a Recomendação Conjunta MPT/MPE Nº 04/2013, no concurso público para ingresso na carreira de Procurador do Estado.

PORTARIA Nº 074/2014-PGE/GAB, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014

Constituir a Comissão Editorial para a elaboração da Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, volume 22, composta pelos Procuradores do Estado, Dra. Ana Carolina Lobo Gluck Paul Peracchi (Presidente), Gustavo Vaz Salgado, Elísio Augusto Velloso Bastos, Carla Nazaré Jorge Melém Souza e Maria Elisa Brito Lopes; e dos servidores Cleyton Isamu Muto (Informática), Iêda Andrade Fernandes (CE) e Roberta Ferreira da Silva (Contratos).

PORTARIA Nº 106/2014-PGE/GAB, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Promover os servidores do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado.

PORTARIA Nº 130/14-PGE/GAB, DE 10 DE MARÇO DE 2014

Designar os procuradores e as autoridades a seguir relacionadas para constituir a Comissão do XX Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 240/2014-PGE/GAB, DE 15 ABRIL DE 2014

Constituir Comissão para coordenar o processo de Avaliação de Desempenho de Metas Institucionais desta Procuradoria-Geral do Estado, referente à concessão da Gratificação de Desempenho de Apoio à Procuradoria – GDAP.

PORTARIA Nº 241/2014-PGE/GAB, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Estabelecer como metas organizacionais para 2014 ações de aprimoramento contínuo no assessoramento e consultoria jurídica ao Poder Executivo, bem como os órgãos da Administração Indireta, e o ingresso em juízo em nome do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 393/14-PGE/GAB, DE 20 DE JUNHO DE 2014

Disciplinar a quinta eleição dos membros do Conselho Diretor previsto no art. 27, § 2º, acrescentado à Lei Complementar Nº 041, de 29 de agosto de 2002, pela Lei Complementar nº 056, de 28 de junho de 2006.

PORTARIA Nº 459/14-PGE/GAB, DE 07 DE JULHO DE 2014

Eleição para o Conselho Diretor da Procuradoria-Geral do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 093/2015-PGE/GAB, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

Tornar pública as metas das Unidades de Trabalho da Procuradoria-Geral do Estado, previstas para o 1º quadrimestre/2015, conforme anexo, referentes ao processo de Avaliação de Desempenho Institucional.

PORTARIA Nº 371/15-PGE/GAB, DE 02 DE JUNHO DE 2015 – XX CONCURSO

Torna sem efeito a Portaria n.º 130/2014 - PGE.G, de 10 de março de 2014, que designou a Comissão do XX Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Estado do Pará

PORTARIA Nº 442/2015-PGE/GAB, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Torna pública as metas das Unidades de Trabalho da Procuradoria-Geral do Estado, previstas para o 2º quadrimestre/2015, conforme anexo, referentes ao processo de Avaliação de Desempenho Institucional.

PORTARIA Nº 444/2015 – PGE/GAB, DE 24 DE JUNHO DE 2015

Aprovar a Cartilha “Suprimentos de Fundos”, da Procuradoria-Geral do Estado.

PORTARIA Nº 465/2015, DE 06 DE JULHO DE 2015.

Delegar poderes aos Procuradores-Gerais Adjuntos.

PORTARIA Nº 516/2015-PGE/GAB, DE 10 DE AGOSTO DE 2015

Designar o procurador Paulo de Tarso Dias Klautau Filho para atuar como presidente da Comissão do XX Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Estado do Pará, constituída pela Portaria nº 371/15-PGE.G., de 02.06.2015, publicada no DOE nº 32899 de 03.06.15, em substituição ao Procurador Elisio Augusto Velloso Bastos.

PORTARIA Nº 555/2015, 18 DE AGOSTO DE 2015- PGE/GAB

Nomear, a partir de 18.08.2015 os servidores abaixo indicados, para constituírem o Conselho Superior da PGE, como representantes da Classe Inicial, no biênio 2014/2016.

PORTARIA Nº 557/2015, DE 17 DE AGOSTO DE 2015- PGE/GAB

Designar o Procurador do Trabalho Rodrigo Cruz da Ponte Souza para atuar como membro da Co-

missão do XX Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Estado do Pará, em substituição a Desembargadora Federal do Trabalho Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, a contar de 14/08/2015.

PORTARIA Nº 118/2016, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016-PGE/GAB

Instituir metas organizacionais anuais, visando o aprimoramento contínuo das ações de assessoramento e consultoria jurídica ao Poder Executivo, bem como aos órgãos da Administração Indireta, e o ingresso em juízo em nome do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 119/2016, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016- PGE/GAB

Tornar pública as metas das Unidades de Trabalho da Procuradoria Geral do Estado, previstas para o 1º quadrimestre/2016, conforme anexo referentes ao processo de Avaliação de Desempenho Institucional.

PORTARIA Nº 289/2016, DE 16 DE MAIO DE 2016-PGE/GAB

Designar os servidores abaixo relacionados como Gestores Responsáveis pelo atendimento da Solicitação de Acesso à Informação, em atendimento ao disposto no art. 4º do RITCEPA, Resolução TCE nº 18.545/2015 e art. 20 e 21 da IN AGE, Nº 001/201.

PORTARIA Nº 292/2016, DE 17 DE MAIO DE 2016-PGE/GAB

Instaurar Sindicância com vistas a apurar o fato relatado no despacho exarado em 06.05.16 pela Exma Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso.

PORTARIA Nº 388/2016, DE 23 DE JUNHO DE 2016-PGE/GAB

Tornar pública as metas das Unidades de Trabalho da Procuradoria-Geral do Estado, previstas para o 2º quadrimestre/2016, conforme anexo referentes ao processo de Avaliação de Desempenho Institucional.

PORTARIA Nº 586/2016, 27 DE SETEMBRO DE 2016-PGE/GAB

Publicar as metas das Unidades de Trabalho da Procuradoria Geral do Estado, previstas para o 3º quadrimestre/2016, conforme Anexo-01, referentes ao processo de Avaliação de Desempenho Institucional.

PORTARIA Nº 632/2016-PGE/GAB

O Procurador-Geral do Estado, no exercício da competência que lhe confere o parágrafo único do art. 5º da Lei Complementar nº 41, de 29 de agosto de 2002.

PORTARIA Nº 727/2016-PGE/GAB., 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOGIAR o Procurador do Estado ANGELO DEMETRIUS DE ALBUQUERQUE CARRASCO-SA, identidade funcional Nº 5858895/1, por sua laboriosa atuação na defesa do interesse público em processos relevantes para o Estado do Pará.

PORTARIA Nº 728/2016-PGE/GAB., 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOGIAR o Procurador do Estado DANIEL CORDEIRO PERACCHI, identidade funcional nº 55590268/2, por sua laboriosa atuação na defesa do interesse público em processos relevantes para o Estado do Pará.

PORTARIA Nº 729/2016-PGE/GAB., 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOGIAR a Procuradora do Estado MÔNICA MARTINS TOSCANO SIMÕES, identidade funcional nº 5784590/2, pela relevante contribuição ao elevado conceito técnico do trabalho desenvolvido na Procuradoria Consultiva.

REGULAMENTO

REGULAMENTO SN DE 29 DE SETEMBRO DE 2014

Regulamento da Política de Publicação de Resultados de sustentação oral em processos de interesse do Estado do Pará.

RESOLUÇÕES - CONSELHO GESTOR DO FUNDO ESPECIAL (FUNPGE)

RESOLUÇÃO Nº 001-CF, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2008

Disciplina a participação de Procuradores em cursos de especialização, MBA, mestrado e doutoramento, com ônus para a Procuradoria Geral do Estado, realizados em local sede da Procuradoria Geral do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 002 DE 12 DE MARÇO DE 2009

Dispõe sobre a suspensão dos pedidos encaminhados ao Conselho do Fundo Gestor.

RESOLUÇÃO Nº 003/2010

Estabelece diretrizes e normas gerais sobre a gestão administrativa e financeira do Fundo da Procuradoria Geral do Estado, além de fixar critérios e requisitos para a aplicação dos recursos do FUNPGE.

RESOLUÇÃO Nº 004/2011-CF DE 14 DE ABRIL DE 2011

Estabelece os percentuais das despesas do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Pará para o exercício financeiro de 2011, na forma do art. 1º da Resolução nº 003/2010.

RESOLUÇÃO Nº 005/2012 – CF, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera o parágrafo único do art. 25 e inclui o art. 25-A na Resolução nº 003/10 FUNPGE.

RESOLUÇÃO Nº 006/2012 – CF, DE 17 DE MAIO DE 2012

Altera o art. 4º, acrescenta os §§ 1º e 2º ao artigo 11 e acrescenta os artigos 11-a e 30-a na Resolução nº 003/10 FUNPGE.

RESOLUÇÃO Nº 007/2013 – CF, DE 10 DE ABRIL DE 2013

Altera o artigo 8º e acrescenta o Parágrafo Único ao mesmo artigo da Resolução n.º 003/2010-FUNPGE.

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 13 DE MAIO DE 2015 - FUNPGE

Altera os artigos 13 e 22, §2º da Resolução N.º 003/2010 do Conselho Diretor do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado (FUNPGE).

RESOLUÇÕES – CORREGEDORIA-GERAL

RESOLUÇÃO Nº 001-CG, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2002

Fica aprovado o Regimento Interno da Corregedoria Geral da Procuradoria Geral do Estado.

RESOLUÇÃO Nº 002-CG, DE 04 DE SETEMBRO DE 2003

Fica aprovada a republicação integral do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Procuradoria Geral do Estado, com as alterações procedidas pela Corregedoria Geral.

RESOLUÇÃO N.º003-CG, DE 29 DE JULHO DE 2004

Fica aprovado o Regulamento do Estágio Probatório dos Procuradores do Estado.

RESOLUÇÃO Nº 004-CG, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006

Fica aprovada a republicação integral do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Procuradoria Geral do Estado, com as alterações procedidas pela Corregedoria Geral.

RESOLUÇÃO Nº 001/2008

Adequação dos trajes no ambiente de trabalho.

RESOLUÇÃO Nº 002/2008

Participação obrigatória do procurador na apresentação do expresso mail 1.2.

RESOLUÇÃO Nº 003/2008

Base jurídica para a defesa do Estado nas ações relativas ao direito à saúde, inclusive com o pedido de fornecimento de medicamentos.

RESOLUÇÃO Nº 004/2008

Obrigatoriedade de utilização do Webmail 1.2.

RESOLUÇÃO Nº 005/2008

Base jurídica para a defesa do Estado nas Ações Cíveis Públicas, quando o Ministério Público postula direito individual.

RESOLUÇÃO Nº 006/2008

Reunião para estabelecer normas relativas à segurança nos protocolos de Agravo de Instrumento para os Tribunais Superiores, no que pertine as peças apresentadas.

RESOLUÇÃO Nº 007/2008

Obrigatoriedade de utilização do Webmail 1.2.

RESOLUÇÃO Nº008/2008

Participação obrigatória dos procuradores da Profisco no Workshop Inovação em Procedimentos de Execução Fiscal.

RESOLUÇÃO Nº 009/2008-CG-PGE

Dispõe sobre a responsabilidade pela juntada das peças administrativas e/ou judiciais nos autos internos desta Procuradoria.

RESOLUÇÃO Nº 010/2008-CC-PGE

Dispõe sobre a orientação dos Procuradores durante o estágio probatório.

RESOLUÇÃO Nº 002/2009-GC-PGE

Dispõe sobre a responsabilidade do Procurador em peticionar ao juiz do feito, anexando a documentação enviada pela Sespa nos processos relativos ao fornecimento de medicamentos ou tratamento fora do domicílio, no prazo de cinco (05) dias a contar do recebimento da documentação pertinente ao processo.

RESOLUÇÃO Nº 003/2009-CG-PGE

Determinar aos senhores Procuradores que adotem as providências necessárias no sentido de observância das normas contidas no art. 12 da Resolução Nº 112/2009 do Conselho Superior da PGE, e relativo a distribuição de processo sem acompanhamento.

RESOLUÇÃO Nº 015/2010-CG-PGE

Procedimento na interposição de Agravo de Instrumento na Justiça do Trabalho.

RESOLUÇÃO Nº 16 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

Revoga a Resolução nº 04/ CG, de 12 de dezembro de 2006, e suas alterações, e institui o novo Regimento Interno da Corregedoria.

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013

Aprova o Regulamento de Correições no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado.

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

Altera a Resolução nº 16, de 14 de novembro de 2012, revoga dispositivos do Regimento Interno da Corregedoria e a Resolução nº 04, de 12 de dezembro de 2006.

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013

Altera o Regimento Interno da Corregedoria-Geral, aprovado pela Resolução nº 16, de 14 de novembro de 2012.

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 27 DE AGOSTO DE 2014

Altera a Resolução nº 16, de 14 de novembro de 2012.

RESOLUÇÕES - CONSELHO DIRETOR HONORÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 001/2006

Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Diretor de Honorários da Procuradoria Geral do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 02/2006

Fica aprovado o Regulamento de arrecadação, gestão e distribuição de honorários advocatícios devidos ao conjunto de Procuradores do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

Dispõe sobre os critérios para cobrança administrativa e judicial de honorários advocatícios devidos aos Procuradores do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 641/2016

A eleição para o Conselho Diretor da Procuradoria-Geral do Estado do Pará será realizada no dia 10.11.2016, com início às 09h00 e término às 14h00 do mesmo dia.

RESOLUÇÕES - CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO N.º 001/02

Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado.

RESOLUÇÃO N.º 002-CS, DE 11 DE ABRIL DE 2003

Disciplina a participação de Procuradores em cursos, congressos, seminários e eventos similares, de duração máxima de 15 dias, com ônus para a Procuradoria Geral do Estado.

RESOLUÇÃO N.º 03, DE 05 DE SETEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a competência das Classes na carreira de Procurador do Estado do Pará, observada a competência de cada Procuradoria.

RESOLUÇÃO N.º 04, DE 05 DE SETEMBRO DE 2003

(Alterada pela Resolução n.º 164, de 09/07/2015, publicada no DOE n.º 32.943 de 05/08/2015)

Dispõe sobre a distribuição dos processos no âmbito da Procuradoria Geral do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO N.º 05, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2003

Suspender os efeitos do art. 16, da RESOLUÇÃO n.º 04, de 05/09/03, que dispõe sobre a distribuição dos processos no âmbito da Procuradoria Geral do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO N.º 06 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a pontuação de Cursos Preparatórios à Carreira de Procurador do Estado no Edital do Concurso para Preenchimento de Cargos de Procurador do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO N.º 010/2003

Faz editar o presente Regulamento de Promoções relativo à carreira de Procurador do Estado.

RESOLUÇÃO N.º 07, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2004

Dispõe sobre o quadro de Antigüidade na carreira de Procurador do Estado do Pará e dá outras providências.

RESOLUÇÃO N.º 008-CS, DE 14 DE ABRIL DE 2004

Modifica os artigos 5º(inciso XIV), 8º e 35 da Resolução n.º 001/02 do Conselho Superior.

RESOLUÇÃO N.º 09 DE 28 DE ABRIL DE 2004

APROVAR a RESOLUÇÃO n.º 009/2004, que altera o art. 5.º da Resolução n.º 04/2003 de 05 de setembro de 2003 e dá outras providências.

RESOLUÇÃO N.º 11 DE 15 DE JUNHO DE 2004

Declara abertas três vagas para preenchimento pelo critério de antiguidade, sendo uma na classe especial, uma na classe superior e uma na classe intermediária.

RESOLUÇÃO N.º 12 DE 30 DE JUNHO DE 2004

Declara promovidos os seguintes Procuradores do Estado: Caio de Azevedo Trindade, à classe intermediária; José Henrique Mouta Araújo, à classe superior e José Rubens Barreiros de Leão à classe especial.

RESOLUÇÃO N.º 13 DE 30 DE JUNHO DE 2004

Declara abertas três vagas para preenchimento pelo critério de merecimento, sendo uma na classe especial, uma na classe superior e uma na classe intermediária.

RESOLUÇÃO Nº 14 DE 01 DE JULHO DE 2004

Aprova o Quadro de Acesso Provisório, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 01 DE JULHO DE 2004

Declara abertas sete vagas para preenchimento, alternativamente, pelos critérios de Antiguidade e Merecimento, todas na classe intermediária.

RESOLUÇÃO Nº 016 DE 01 DE JULHO DE 2004

Alterar o parágrafo único do artigo 6º da Resolução Nº 01/2003, que passará a vigorar como parágrafo 1º, acrescentando-se ao artigo o parágrafo 2º.

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 01 DE JULHO DE 2004

Altera os Anexos II e III da Resolução nº 010/2004, que aprova o Regulamento de Promoções, conforme Quadros Anexos. Republica os Anexos I e IV da Resolução nº 10/2004, com o mesmo teor, visando a sua melhor compreensão.

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 06 DE JULHO DE 2004

Declara o Quadro de Acesso Definitivo para preenchimento de vaga na Classe Intermediária pelo critério do merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 07 DE JULHO DE 2004

Declara promovidos à classe intermediária o Procurador do Estado Artêmio Marcos Damasceno Ferreira, pelo critério do merecimento e pelo critério da antiguidade o Procurador do Estado Dennis Verbicaro Soares.

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 07 DE JULHO DE 2004

Aprova o Quadro de Acesso Provisório da classe inicial à intermediária, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 14 DE JULHO DE 2004

Declara o Quadro de Acesso Definitivo para preenchimento de vaga na Classe Intermediária pelo critério do merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 07 DE JULHO DE 2004

Declara promovidos à classe intermediária o Procurador do Estado Gustavo Vaz Salgado, pelo critério de merecimento e à classe intermediária pelo critério de antiguidade a Procuradora do Estado Christianne Sherring Ribeiro Klautau.

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 15 DE JULHO DE 2004

Aprova o Quadro de Acesso Provisório para o fim de promoção por merecimento na classe intermediária.

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 28 DE JULHO DE 2004

Declara o Quadro de Acesso Definitivo para preenchimento de vaga na Classe Intermediária pelo critério do merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 28 DE JULHO DE 2004

Declara o Quadro de Acesso Definitivo para preenchimento de vaga nas Classes Superior e Especial pelo critério do merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 13 DE AGOSTO DE 2004

Declara promovidos à classe intermediária o Procurador do Estado Fábio Guy Lucas Moreira pelo critério do merecimento e pelo critério da antiguidade a Procuradora do Estado Lea Ramos Benchi-mol.

RESOLUÇÃO Nº 27, DE 13 DE AGOSTO DE 2004

Aprova o Quadro de Acesso Provisório, para o fim de promoção por merecimento na classe intermediária.

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 27 DE AGOSTO DE 2004

Declara o quadro de Acesso Definitivo para preenchimento de vaga na classe intermediária pelo critério do merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 02 DE SETEMBRO DE 2004

Declara promovidos à classe intermediária o Procurador do Estado Marcus Vinicius Nery Lobato pelo critério do merecimento e pelo critério da antiguidade a Procurador do Estado Ary Lima Calvalcanti.

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 20 DE OUTUBRO DE 2004

Declara promovido a Classe Superior a Procuradora do Estado Mônica Martins Toscano Simões, pelo critério de merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2004

Declara promovida à Classe Especial a Procuradora do Estado Eloísa Maria Rocha da Costa, pelo critério de merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 032, DE 07 DE JUNHO DE 2005

Resolve confirmar na carreira de Procurador do Estado do Pará os Procuradores Ângelo Demetrius di Albuquerque Carrascosa, Carla Nazaré Jorge Melém Souza, Carolina Ormanes Massoud, Cindi Ellou Lopes de Deus: e Silva, June Judite Soares Lobato, Lilian Mendes Haber, Márcio Mota Vasconcelos, Rodrigo Cruz da Ponte Souza Sandoval Alves da Silva, Silvana Elza Peixoto Rodrigues, Tatiana Chamon Seligmann Ledo, Tatiana Donza Cancela de Carvalho e Victor André Teixeira Lima por terem sido aprovados em estágio probatório.

RESOLUÇÃO Nº 033, DE 19 DE JUNHO DE 2005

Resolve publicar o Quadro Anual de Antiguidade dos Procuradores do Estado do Pará para o ano de 2005.

RESOLUÇÃO Nº 034, DE 25 DE OUTUBRO DE 2005

Declara abertas quarenta e duas vagas a serem providas mediante promoção, sendo oito na Classe Especial (quatro pelo critério de antiguidade e quatro pelo critério de merecimento), dezenove na Classe Superior (dez pelo critério de antiguidade e nove pelo de merecimento) e quinze na Classe Intermediária (oito pelo critério de antiguidade e sete pelo critério de merecimento).

RESOLUÇÃO Nº 035, DE 25 DE OUTUBRO DE 2005

Aprova o quadro de Acesso Provisório, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 036, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2005

Declarar promovidos à classe intermediária o Procurador do Estado Sandoval Alves da Silva, pelo critério de antigüidade; à classe superior a Procuradora do Estado Anete Penna de Carvalho Pinho, pelo critério de antigüidade; à classe especial o Procurador do Estado Roland Raad Massoud, pelo critério de antigüidade.

RESOLUÇÃO Nº 037, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2005

Confirmar na carreira de Procurador do Estado do Pará Hubertus Fernandes Guimarães, por ter sido aprovado em estágio probatório perante a Corregedoria Geral.

RESOLUÇÃO Nº 038, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2005

Promover à classe intermediária o Procurador do Estado Rodrigo Cruz da Ponte Souza, pelo critério de merecimento e à classe intermediária a Procuradora do Estado Tatiana Cancela de Carvalho, pelo critério de antigüidade.

RESOLUÇÃO Nº 039 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005

Dispõe sobre a alteração do art. 12 da Resolução nº 04/2003 do Conselho Superior da PGE.

RESOLUÇÃO Nº 040 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2005

Aprova o Quadro de Acesso Definitivo, para o fim de Promoção por Merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 041, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2005

Promover à classe superior a Procuradora do Estado Christianne Penedo Danin, pelo critério de merecimento e a classe superior o Procurador do Estado Fábio Theodorico Ferreira Góes, pelo critério de antigüidade.

RESOLUÇÃO Nº 042, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2005

Aprova o Quadro de Acesso Provisório, para o fim de Promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 043, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2005

Resolve confirmar na Carreira de Procurador do Estado do Pará, a servidora Bárbara Nobre de Faria, por ter sido aprovada em estágio probatório.

RESOLUÇÃO Nº 044, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2005

Promover à classe intermediária a Procuradora do Estado Cindi Ellou L. de Deus e Silva, pelo critério de merecimento. Promover à classe intermediária o Procurador do Estado Ângelo Demetrius Carrascosa, pelo critério de antigüidade. Promover à classe superior a Procuradora do Estado Ana Cristina Soares, pelo critério de merecimento. Promover à classe superior a Procuradora do Estado Ana Cláudia Santana dos Santos Abdulmassi, pelo critério de antigüidade.

RESOLUÇÃO Nº 045, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2005

Aprova o Quadro de Acesso Provisório, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 046, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2005

Promover à classe intermediária a Procuradora do Estado Caria Nazaré Jorge Melem Souza, pelo critério de merecimento. Promover à classe intermediária a Procuradora do Estado June Judite Soares Lobato, pelo critério de antigüidade.. Promover à classe superior o Procurador do Estado Anto-

nio Saboia de Melo Neto, pelo critério de merecimento. Promover à classe superior o Procurador do Estado Graco Ivo Alves Rocha Coelho, pelo critério de antigüidade.

RESOLUÇÃO Nº 047, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2005

Aprova o Quadro de Acesso Provisório, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 048, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2005

Promover à classe intermediária o Procurador do Estado Victor André Teixeira Lima, pelo critério de merecimento. Promover à classe intermediária o Procurador do Estado Márcio Mota Vasconcelos, pelo critério de antigüidade. Promover à classe superior a Procuradora do Estado Caroline Teixeira da Silva Profeti, pelo critério de merecimento. Promover à classe superior a Procuradora do Estado Márcia Nazaré Ribeiro Ferreira dos Santos, pelo critério de antigüidade.

RESOLUÇÃO Nº 049, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2005

Aprova o Quadro de Acesso Provisório, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 050, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2005

Promover à classe intermediária a Procuradora do Estado Carolina Ormanes Massoud; pelo critério de merecimento. Promover à classe intermediária a Procuradora do Estado Silvana Elza Cerqueira Peixoto, pelo critério de antigüidade. Promover à classe superior o Procurador do Estado Sérgio Oliva Reis, pelo critério de merecimento. Promover à classe superior o Procurador do Estado Caio de Azevedo Trindade, pelo critério de antigüidade.

RESOLUÇÃO Nº 051, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2005

Aprova o Quadro de Acesso Provisório, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 052, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2005

Promover à classe intermediária a Procuradora do Estado Tatiana Chamon Seligmann Ledo, pelo critério de merecimento. Promover à classe intermediária a Procuradora do Estado Lilian Mendes Haber, pelo critério de antigüidade. Promover à classe superior o Procurador do Estado Artemio Marcos D. Ferreira, pelo critério de merecimento. Promover à classe superior o Procurador do Estado Dennis Verbicaro Soares, pelo critério de antigüidade.

RESOLUÇÃO Nº 053, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2005

Aprova o Quadro de Acesso Provisório, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 054, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2005

Promover à classe intermediária o Procurador do Estado Hubertus Fernandes Guimarães, pelo critério de merecimento. Promover à classe intermediária a Procuradora do Estado Bárbara Nobre de Faria, pelo critério de antigüidade. Promover à classe superior o Procurador do Estado Gustavo Vaz Salgado, pelo critério de merecimento. Promover à classe superior a Procuradora do Estado Christiane Sherring Ribeiro Klautau, pelo critério de antigüidade.

RESOLUÇÃO Nº 055, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2005

Aprova o Quadro de Acesso Provisório, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 056, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2005

Promover à classe superior o Procurador do Estado Fábio Guy Lucas Moreira, pelo critério de merecimento e a Procuradora do Estado Lea Martins Ramos da Silva, pelo critério de antigüidade.

RESOLUÇÃO Nº 057, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2005

Aprova o Quadro de Acesso Provisório, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 058, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2005

Promover à classe superior o Procurador do Estado Marcus Vinicius Nery Lobato, pelo critério de merecimento e o Procurador do Estado Ary Lima Cavalcanti, pelo critério de antigüidade.

RESOLUÇÃO Nº 59 DE 31 DE JANEIRO DE 2006

Declara promovido à Classe Especial o Procurador do Estado Mário Souza de Figueiredo, pelo critério de merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 60 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2006

Declara promovido à classe especial a Procuradora do Estado Fabíola de Melo Siems, pelo critério de antigüidade.

RESOLUÇÃO Nº 61 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2006

Aprova o Quadro de Acesso Definitivo para provimento da segunda vaga de promoção à Classe Especial por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 62 DE 08 DE MARÇO DE 2006

Aprova o Quadro de Acesso Definitivo para provimento da segunda vaga de promoção à Classe Especial por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 63 DE 16 DE MAIO DE 2006

Promover à classe especial o Procurador do Estado Ibraim José das Mercês Rocha, pelo critério de merecimento e o Procurador do Estado Elísio Augusto Velloso Bastos, pelo critério de antigüidade.

RESOLUÇÃO Nº 64 DE 23 DE MAIO DE 2006

Aprova o Quadro de Acesso Definitivo para provimento da quarta vaga de promoção à Classe Especial por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 65 DE JUNHO DE 2006

Dispõe sobre o Sistema de Rodizio no Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários.

RESOLUÇÃO Nº 66 DE 20 DE JUNHO DE 2006

Promover à Classe Especial o Procurador do Estado José Aloysio Cavalcante Campos, pelo critério de merecimento e a Procuradora do Estado Margarida Maria Rodrigues Ferreira de Carvalho, pelo critério de antigüidade.

RESOLUÇÃO Nº 67 DE 29 DE AGOSTO DE 2006

Quadro Anual de Antigüidade dos Procuradores do Estado do Pará para o ano de 2006.

RESOLUÇÃO Nº 68 DE 04 DE SETEMBRO DE 2006

Disciplinar a formação da lista tríplex dos candidatos ao cargo de Corregedor Geral previsto no art. 10 da Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, alterada pela Lei Complementar nº 056, de 28 de junho de 2006.

RESOLUÇÃO Nº 69 DE 29 DE AGOSTO DE 2006

Institui a Comissão Eleitoral para a eleição dos membros do Conselho Superior da PGE/PA para o biênio 2006/2008.

RESOLUÇÃO Nº 70 DE 19 DE SETEMBRO DE 2006

Dispõe sobre a alteração do art. 12 da Resolução nº 04/2003 do Conselho Superior da PGE, alterado pelo art. 1º, da Resolução nº 039/2005.

RESOLUÇÃO Nº 71/2006

Estabelece as regras para apuração da verba concedida aos Procuradores do Estado em razão do artigo 41-B da Lei Complementar nº 41/2002, alterada pela Lei Complementar nº 056/2006.

RESOLUÇÃO Nº 72 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2006

Aprovar, por unanimidade, o voto proferido no Processo nº 008/2006, que trata de Licença Remunerada encaminhada ao exame deste Conselho, pela Procuradora do Estado Dra. Anete Pena de Carvalho Pinho, para fins de freqüentar o Curso de Doutorado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Portugal, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei 5.810/94.

RESOLUÇÃO Nº 073/2007

Aplica-se o artigo 41-D da Lei Complementar 056/2006 a todos os Procuradores do Estado ativos, inclusive os licenciados ou cedidos.

RESOLUÇÃO Nº 074, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007

Dispõe sobre o Quadro de Antiguidade na Carreira de Procurador do Estado do Pará e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 075, DE 07 DE MARÇO DE 2007

Fica aprovado o sistema de rodízio entre os Procuradores lotados da Coordenadoria da Dívida Ativa para atuarem no Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF, consoante as normas estabelecidas nesta Resolução.

RESOLUÇÃO Nº 076, DE 11 DE ABRIL DE 2007

Disciplina a participação de Procuradores em cursos, congressos, seminários e eventos similares, de duração máxima de 15 dias, com ônus para a Procuradoria Geral do Estado.

RESOLUÇÃO Nº 077, DE 30 DE MAIO DE 2007

Regulamenta a concessão de licença para estudos aos Procuradores do Estado, sem prejuízo de sua remuneração no órgão, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 078, DE 13 DE JUNHO DE 2007

Declara abertas oito vagas para preenchimento pelo critério de Antiguidade e Merecimento na Classe Superior.

RESOLUÇÃO Nº 079, DE 13 DE JUNHO DE 2007

Aprova o Quadro de Acesso Provisório da Classe Intermediária à Superior, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 080, DE 04 DE JULHO DE 2007

Aprova o Quadro de Acesso Provisório da classe intermediária à superior, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 081, DE 25 DE JULHO DE 2007

Aprova o Quadro de Acesso Definitivo para provimento da primeira vaga de promoção à Classe Superior por merecimento

RESOLUÇÃO Nº 082, DE 08 DE AGOSTO DE 2007

Declara promovida à classe superior a Procuradora Carla Nazaré Jorge Melém de Souza, pelo critério de merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 083, DE 08 DE AGOSTO DE 2007

Aprova o Quadro de Acesso Provisório da classe intermediária à superior, para o fim de promoção por antiguidade.

RESOLUÇÃO Nº 084, DE 23 DE AGOSTO DE 2007

Declara promovida à classe superior a Procuradora Tatiana Donza Cancela de Carvalho, pelo critério da antiguidade.

RESOLUÇÃO Nº 085, DE 23 DE AGOSTO DE 2007

Aprova o Quadro de Acesso Provisório da classe intermediária à superior, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 086, DE 29 DE AGOSTO DE 2007

Aprova o Quadro de Acesso Definitivo da classe intermediária à superior, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 087, DE 12 DE SETEMBRO DE 2007

Declara promovida à classe superior a Procuradora Carolina Ormanes Massoud, pelo critério de merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 088, DE 12 DE SETEMBRO DE 2007

Declara promovida à classe superior o Procurador Angelo Demetrius de Albuquerque Carrascosa, pelo critério da antiguidade.

RESOLUÇÃO Nº 089/2007

Aprova o Quadro de intermediária à superior, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 090, DE 11 DE OUTUBRO DE 2007

Aprova o Quadro de Acesso Definitivo da Classe Intermediária à Superior, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 091, DE 17 DE OUTUBRO DE 2007

Declara promovida à classe superior a Procuradora June Judite Soares Lobato, pelo critério de merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 092, DE 17 DE OUTUBRO DE 2007

Declara promovida à classe superior o Procurador Victor André Teixeira Lima, pelo critério da antiguidade.

RESOLUÇÃO Nº 093, DE 17 DE OUTUBRO DE 2007

Aprova o Quadro de Acesso Provisório da Classe intermediária à superior, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 094, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2007

Confirmar na carreira de Procurador do Estado do Pará as Procuradoras: Viviane Ruffeill Teixeira Pereira, Robina Dias Monteiro Pimentel, Carla Afonso de Nóvoa e Adriana Franco Borges, por terem sido aprovadas em estágio probatório

RESOLUÇÃO Nº 095, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2007

Declara abertas quatro vagas para preenchimento pelo critério de Antiguidade e Merecimento, na classe Intermediária.

RESOLUÇÃO Nº 096, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2007

Aprova o Quadro de Acesso Provisório da classe inicial à intermediária, para o fim de promoção de merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 097, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2007

Aprova o Quadro de Acesso Definitivo para provimento da primeira e terceira vagas de promoção, à Classe Intermediária por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 098, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2007

Declara promovida à classe intermediária a Procuradora Viviane Ruffeil Pereira, pelo critério de merecimento; a Procuradora Robina Pimentel Viana, pelo critério de antiguidade; a Procuradora Carla Afonso de Nóvoa, pelo critério de merecimento; a Procuradora Adriana Franco Borges, pelo critério de antiguidade.

RESOLUÇÃO Nº 099, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007

Homologar o resultado da 1ª Avaliação do Estágio Probatório dos seguintes Procuradores: Cristina Magrin Madalena; Diogo Azevedo Trindade; Flávio Luiz Rabelo Mansos Neto; José Eduardo Cerqueira Gomes; Mahira Guedes Paiva; Maria Tereza Pantoja; Maria Elisa Brito Lopes; Rogério Arthur Friza Chaves; Rogério Barbosa Queiroz e Tátilla Passos Brito.

RESOLUÇÃO Nº 100, DE 04 DE JANEIRO DE 2008

Aprova o Quadro de Acesso Definitivo para provimento da sétima vaga de promoção, à Classe Superior por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 101, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008

Declara promovida à classe superior a Procuradora Lilian Mendes Haber, pelo critério de merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 102, DE 14 DE MARÇO DE 2008

Declara promovido a Classe Superior o Procurador Márcio Vasconcelos, pelo critério de antiguidade.

RESOLUÇÃO Nº 103 DE 2008

Institui a Comissão Eleitoral para a Eleição dos membros do Conselho Superior da PGE/PA para o biênio 2008/2010.

RESOLUÇÃO Nº 105, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008

Declara aberta três vagas para preenchimento pelo critério de merecimento e antiguidade.

RESOLUÇÃO Nº 106, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008

Publicar o Quadro Anual de Antigüidade dos Procuradores do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 107, DE 08 DE JANEIRO DE 2009

Declara promovido à Classe Especial o Procurador FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA, pelo critério de antigüidade.

RESOLUÇÃO Nº 108, DE 22 DE JANEIRO DE 2009

Declara sem efeito a Resolução nº 107/09, publicada em 19/01/2009.

RESOLUÇÃO Nº 109, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2009

Declara promovido à classe especial os procuradores Fernando Augusto Braga Oliveira e Francisco Edson Lopes da Rocha Júnior pelos critérios de merecimento e antigüidade respectivamente.

RESOLUÇÃO Nº 110, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2009

Aprova o Quadro de Acesso Provisório para provimento da vaga aberta pela Resolução 105/08

RESOLUÇÃO Nº 111, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2009

Aprova o Quadro de Acesso Definitivo para provimento da vaga aberta pela Resolução nº105/08

RESOLUÇÃO Nº 112, DE 05 DE MARÇO DE 2009

Dispõe sobre a alteração do art.12 da Resolução nº 04/2003 do Conselho Superior da PGE, alterado pelo art. 1º da Resolução nº 039/2005 e art. 1º da Resolução nº 70/2006.

RESOLUÇÃO Nº 113, DE 23 DE MARÇO DE 2009.

Declara promovido à classe superior a Procuradora Bárbara Nobre Lobato pelo critério de merecimento, provendo a vaga aberta pela Resolução nº 105/2008.

RESOLUÇÃO Nº 114, DE 18 DE JUNHO DE 2009

(Alterada pela Resolução nº 160/2014 – CS, de 12 de novembro de 2014, publicada no DOE nº 32.768 de 14/11/2014)

Dispõe sobre a competência das classes na carreira de Procurador do Estado do Pará, observada a competência de cada Procuradoria, na forma prevista pela Lei Complementar nº 68, de 13 de março de 2009, revoga a Resolução nº 03, de 05 de setembro de 2003 e altera a resolução nº 04 de 2003 nos artigos em que conflitam.

RESOLUÇÃO Nº 115, DE 25 DE JUNHO DE 2009

Declara abertas seis vagas na Classe Intermediária, a serem providas pelos critérios de merecimento e antigüidade, sucessivamente, ficando condicionada a efetivação dessas promoções à autorização da Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira do Governo.

RESOLUÇÃO Nº 116, DE 16 DE JULHO DE 2009

Homologa a aprovação do estágio probatório e confirma na carreira de Procurador do Estado em sessão realizada no dia 23 de abril de 2009, os seguintes Procuradores do Estado: Cristina Magrin Madalena; Diogo Azevedo Trindade; José Eduardo Cerqueira Gomês; Mahira Guedes Paiva; Maria Elisa Brito Lopes; MariaTereza Pantoja Rocha; Rogério Arthur Friza Chaves; Tátilla Passos Brito.

RESOLUÇÃO Nº 117, DE 30 DE JULHO DE 2009

Aprova o Quadro de Acesso Provisório, para o fim de promoção por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 118/2009

Dispõe sobre a gratificação de que trata o caput do art. 41-B, da Lei Complementar 41/02.

RESOLUÇÃO Nº 119, DE 27 DE AGOSTO DE 2009

Aprova o Quadro de acesso Definitivo para provimento da primeira e terceira vagas de promoção à Classe Intermediária por merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 120, DE 14 DE JANEIRO DE 2010

Declara a promoção de seis procuradores nomeados para a classe intermediária, pelos critérios de merecimento e antiguidade

RESOLUÇÃO Nº 121, DE 14 DE JANEIRO DE 2010

Declara a confirmação do Flávio Luiz Rabelo Mansos Neto no cargo de Procurador do Estado, com efeitos retroativos a 04 de setembro de 2009.

RESOLUÇÃO Nº 122, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2010

(Revogada tacitamente pela Resolução CSPGE nº 172/2017, publicada no DOE nº 33.296 de 20 de janeiro de 2017)

Dispõe sobre a estruturação e competência das Procuradorias Regionais implantadas no interior do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 123, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010

Declara abertas duas vagas na classe especial pelos critérios de merecimento e antiguidade, duas na classe superior pelos critérios de antiguidade e merecimento e três vagas na classe intermediária pelos critérios de antiguidade, merecimento e antiguidade sucessivamente, observada a disponibilidade orçamentária.

RESOLUÇÃO Nº 124, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2010

Aprova o Quadro de acesso Provisório para provimento das vagas abertas pela Resolução nº123/2010- CS-PGE.

RESOLUÇÃO Nº 125, DE 12 DE MARÇO DE 2010

Aprova o Quadro de acesso Definitivo para provimento das vagas abertas pela Resolução nº123/2010-CS-PGE.

RESOLUÇÃO Nº 126, DE 20 DE AGOSTO DE 2010

Quadro Anual de Antiguidade dos Procuradores do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 127, DE 02 DE SETEMBRO DE 2010

Homologa os processos de avaliação de desempenho do estágio probatório procedida pela Corregedoria Geral deste Órgão e confirma na carreira de Procurador do Estado.

RESOLUÇÃO Nº 128, DE 09 DE SETEMBRO DE 2010

Resolve designar os Conselheiros Vera Lúcia Bechara Pardauil (Presidente), Elísio Augusto Velloso Bastos (Membro) e Léa Ramos Benchimol (Membro), para comporem a Comissão Eleitoral que dirigirá o processo eleitoral para a escolha dos novos membros deste Conselho Superior.

RESOLUÇÃO Nº 129, DE 01 DE OUTUBRO DE 2010

Declara a promoção de Procuradores para classe intermediária; para classe superior e a para classe especial.

RESOLUÇÃO Nº 130/2010

Dispõe sobre a gratificação de que trata o caput do art. 41-B, da Lei Complementar 41/2002.

RESOLUÇÃO Nº 131, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010

Dispõe sobre o processo de escolha do Corregedor Geral para o biênio 2010/2012.

RESOLUÇÃO Nº 132, DE 31 DE MARÇO DE 2011

Altera a Resolução nº 122/2010, que dispõe sobre a estruturação competência das Procuradorias Regionais implantadas no interior do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 133, DE 21 DE JULHO DE 2011

Homologar os resultados da 3ª avaliação de desempenho do estágio probatório dos Procuradores do Estado Abelardo Sérgio Bacelar da Silva e Paula Pinheiro Trindade, confirmá-los na carreira de Procurador(a) do Estado.

RESOLUÇÃO Nº 134, DE 21 DE JULHO DE 2011

QUADRO ANUAL DE ANTIGUIDADE DOS PROCURADORES DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº 135, DE 11 DE AGOSTO DE 2011

Homologar o resultado da 3ª avaliação de desempenho do estágio probatório do Procurador do Estado Afonso Carlos Paulo de Oliveira Junior, confirmando-o na carreira de Procurador do Estado

RESOLUÇÃO Nº 136, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa o resultado da 1ª avaliação de desempenho do estágio probatório dos Procuradores do Estado José Augusto Freire Figueiredo e João Olegário Palácios.

RESOLUÇÃO Nº 137, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

Declara promovidos, pelo critério de antiguidade, os seguintes procuradores: da classe intermediária para a classe superior o procurador HUBERTUS FERNANDES GUIMARÃES e da classe inicial para a classe intermediária a procuradora LORENA DE PAULA RÊGO SALMAN. Aprova o Quadro de Acesso para preenchimento de vagas pelo critério de merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 138, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Homologa o resultado da 1ª avaliação de desempenho do estágio probatório do Procurador do Estado Gustavo da Silva Lynch.

RESOLUÇÃO Nº 139, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara a promoção de Procuradores para a Classe Intermediária; para Classe Superior e para Classe Especial.

RESOLUÇÃO Nº 140, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011

Fica aprovado o quadro de acesso para preenchimento de vagas pelo critério de merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 141, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara a promoção dos seguintes procuradores para Classe Especial: 1ª vaga aberta por merecimento: Mônica Martins Toscano Simões. 2ª vaga aberta por antiguidade: Paulo de Tarso Dias Klautau Filho.

RESOLUÇÃO Nº 142, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

Declara a promoção do Procurador Afonso Carlos Paulo de Oliveira Junior para a Classe Intermediária.

RESOLUÇÃO Nº 143, DE 05 DE JANEIRO DE 2012

Declara a promoção do Procurador José Eduardo Cerqueira Gomes para a Classe Superior.

RESOLUÇÃO Nº 144 , DE 19 DE JANEIRO DE 2012.

Os procuradores e servidores lotados nas Procuradorias Regionais darão apoio aos procuradores lotados nas Procuradorias Ambiental e Mineraria, e Fundiária, sempre que solicitado, sem prejuízo de suas atribuições.

RESOLUÇÃO Nº 145 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera a Resolução nº122, de 03 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a estruturação e competência das Procuradorias Regionais implantadas no interior do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 146, DE 10 DE MAIO DE 2012

Homologa o resultado da 2ª avaliação de desempenho do estágio probatório dos Procuradores do Estado José Augusto Freire Figueiredo, Myrza Tandaya Nylander Pegado, Gustavo da Silva Lynch e João Olegário Palácios.

RESOLUÇÃO Nº 147, DE 24 DE MAIO DE 2012

Homologa o resultado da 2ª avaliação de desempenho do estágio probatório do Procurador do Estado Daniel Cordeiro Peracchi.

RESOLUÇÃO Nº 148, DE 14 DE JUNHO DE 2012

Homologa o resultado da 2ª avaliação de desempenho do estágio probatório dos Procuradores do Estado Rafael Felgueiras Rolo e Renata Souza dos Santos.

RESOLUÇÃO Nº 149, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012

Declara aberto o processo de eleição para 06 (seis) membros do Conselho Superior para o biênio 2012/2014, sendo 02 (dois) titulares de cada uma das classes (especial, superior e intermediária) e seus respectivos suplentes.

RESOLUÇÃO Nº 150 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2012

Disciplinar a formação da lista tríplex dos candidatos ao cargo de Corregedor Geral previsto no art. 10 da Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, alterada pela Lei Complementar nº 056, de 28 de junho de 2006.

RESOLUÇÃO Nº 151, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

Declarar abertas 08 (oito) vagas na classe intermediária, a serem providas mediante promoção de acordo com a Ata 455ª da Reunião do Conselho Superior.

RESOLUÇÃO Nº 152, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012

Declara a promoção dos seguintes Procuradores para a Classe Intermediária: 1ª vaga de antiguidade

de: Marcelene Dias da Paz Veloso; 2ª vaga de merecimento: Susanne Schnnol; 3ª vaga de antiguidade: Henrique Nobre Reis e 4ª vaga de merecimento: Fernanda Jorge Sequeira.

RESOLUÇÃO Nº 153, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012

Declara a promoção dos seguintes Procuradores para a Classe Intermediária: 1ª vaga de antiguidade: Renata de Cássia c. de Magalhães; 2ª vaga de merecimento: José Galhardo Martins Carvalho; 3ª vaga de antiguidade: Paula Pinheiro Trindade; 4ª vaga de merecimento: Abelardo Sérgio Bacelar da Silva.

RESOLUÇÃO Nº 154, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova o quadro de acesso para preenchimento da 2ª vaga para a classe intermediária pelo critério de merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 155, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara a promoção dos seguintes Procuradores: para a Classe Intermediária: 2ª vaga de merecimento: Fernanda Jorge Sequeira; 3ª vaga de antiguidade: Renata de Cássia c. de Magalhães.

RESOLUÇÃO Nº 156, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova o quadro de acesso para preenchimento da 3ª vaga para a classe intermediária pelo critério de merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 157, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara a promoção dos seguintes Procuradores para a Classe Intermediária :3ª vaga de merecimento: José Galhardo Martins Carvalho.; 4ª vaga de antiguidade: Paula Pinheiro Trindade.

RESOLUÇÃO Nº 154 DE 22 DE MARÇO DE 2013

Homologar os resultados da 3ª avaliação de desempenho do estágio probatório dos Procuradores do Estado Daniel Cordeiro Peracchi, Rafael Felgueiras Rolo, Gustavo da Silva Lynch, João Olegário Palácios, José Augusto Freire Figueiredo, Myrza Tandaya Nylander Pegado e Renata Souza dos Santos.

RESOLUÇÃO Nº 155, DE 17 DE ABRIL DE 2013

Declara a promoção para a 1ª vaga aberta para a Classe Superior pelo critério de antiguidade: Adriana Franco Borges.e aprova o quadro de acesso para preenchimento da 1ª vaga para a classe superior pelo critério de merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 156, DE 12 DE JUNHO DE 2013

Declara a promoção para a Classe Superior pelo critério de merecimento da procuradora Maria Teza Pantoja Rocha.

RESOLUÇÃO Nº 157, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

Disciplina o processo eleitoral para a elaboração da lista tríplice dos candidatos ao cargo de Corregedor-Geral da Procuradoria do Estado.

RESOLUÇÃO Nº 158, DE 02 DE JANEIRO DE 2013

Aprova o Quadro de Acesso para preenchimento da 4ª vaga para a classe intermediária pelo critério de merecimento.

RESOLUÇÃO Nº 159, DE 07 DE JANEIRO DE 2013

Declara a promoção do Procurador para a Classe Intermediária pela 4ª vaga de merecimento: Abelardo Sérgio Bacelar da Silva.

RESOLUÇÃO Nº 158, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

Regulamento das eleições para escolha de representantes das classes da carreira de Procurador do Estado no Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado.

RESOLUÇÃO Nº 159/2014. DE OUTUBRO DE 2014

Resolve que a eleição para escolha da lista tríplice de candidatos ao cargo de Corregedor-Geral será realizada pelo Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado, em sessão a ser realizada no dia 19/11/2104, às 14h30.

RESOLUÇÃO Nº 160/2014 – CS, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Inclui os incisos IV e V ao artigo 17 na Resolução Nº 114, de 28 de maio de 2009 do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 161, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

Homologar os resultados da 3ª Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório dos Procuradores do Estado Adriana Moreira Bessa Sizo, Ana Carolina Lobo Gluck Paul Peracchi, Bianca Ormanes da Cunha, Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, Lígia de Barros Pontes e Ricardo Nasser Sefer.

RESOLUÇÃO Nº 162, DE 18 DE MARÇO DE 2015

Altera a redação do art. 12, “a”, e inclui o art. 12, “b”, na Resolução Nº 04, de 05 de setembro de 2003.

RESOLUÇÃO Nº 163- C.S, DE 08 DE ABRIL DE 2015

Regulamenta a concessão de licença para estudos aos Procuradores do Estado, para cursar mestrado e doutorado, sem prejuízo de sua remuneração no órgão, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 164 DE 09 DE JULHO DE 2015

Assunto: Altera a redação do caput do art. 5º, caput do art. 12, §§1º e 2º do art. 12 e acrescenta o §4º ao art.12 da Resolução CS Nº 04/2003.

RESOLUÇÃO Nº 165, DE 28 DE JANEIRO DE 2016

Homologar os resultados da Avaliação Final de Estágio Probatório dos Procuradores do Estado Amanda Carneiro Raymundo Bentes, Camila Farinha Velasco dos Santos, Diego Leão Castelo Branco, Marcela de Guapindaia Braga, Marlon Aurélio Tapajós Araújo, Roberta Helena Dórea Dacier Lobato e Rodrigo Baía Nogueira.

RESOLUÇÃO Nº 166, 04 DE JULHO DE 2016.

A permuta constitui espécie de movimentação entre de Procuradores do Estado, e será efetuada entre Procuradores do Estado nela interessados, sem alteração do quantitativo de vagas no órgão, por meio de Resolução do Conselho Superior, na forma do art. 9º, inciso VIII da Lei Complementar Estadual 41, de 29 de agosto de 2002.

RESOLUÇÃO Nº 167/CS, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre o referendo, pelo Conselho Superior, dos atos do Procurador-Geral que decidam sobre lotação e relotação de Procuradores do Estado, na forma do art. 23 da Lei Complementar Estadual n.º 041/2002.

RESOLUÇÃO Nº 168/2016, 13 DE SETEMBRO 2016.

A eleição para escolha da lista tríplice de candidatos ao cargo de Corregedor-Geral será realizada pelo Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado, em sessão a ser realizada no dia 03/10/2016, às 15h00.

RESOLUÇÃO Nº 169/2016.

Instituir o Núcleo de Inteligência Fiscal-NIF da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, subordinado diretamente à Coordenação da Procuradoria da Dívida Ativa, com finalidade de produzir conhecimento, mediante ações especializadas, voltado a aprimorar a atuação da Procuradoria na cobrança da Dívida Ativa do Estado, objetivando alcançar maior eficiência à recuperação do crédito inscrito.

RESOLUÇÃO Nº 170/2016

(Revogada tacitamente pela Resolução CSPGE nº 173/2017, publicada no DOE nº 33.296 de 20 de janeiro de 2017)

A Procuradoria Cível Trabalhista e Administrativa se subdivide em quatro Subnúcleos.

RESOLUÇÃO Nº 171 /2016

Altera o art. 16, incisos e parágrafos da Resolução nº 163/2015- CS Regulamenta a concessão de licença para estudos aos Procuradores do Estado, para cursar mestrado e doutorado, sem prejuízo de sua remuneração no órgão, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 172 /2017

Resolve alterar a Resolução nº 122/2010, que dispõe sobre a estruturação e a competência das Procuradorias Regionais implantadas no interior do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 173/2017

Resolve alterar a Resolução nº 170/2016, que dispõe sobre a divisão da Procuradoria Cível, Trabalhista e Administrativa em subnúcleos especializados.

RESOLUÇÃO Nº 174/2017

Instituir o Núcleo Consultivo da Administração Direta - NUCAD, integrado e destinado exclusivamente aos Procuradores do Estado designados na forma do art. 5º, inciso XXVII, da Lei Complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002.

RESOLUÇÃO Nº 175/2017

Instituir o Núcleo de Ações Fiscais Estratégicas - NAFE da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, subordinado diretamente à Coordenação da Procuradoria da Dívida Ativa, com finalidade de atuar em processos relevantes relacionados à cobrança da Dívida Ativa do Estado e ao contencioso tributário.

Expediente:

Coordenadora do Centro de Estudos: Lilian Mendes Haber

Responsáveis pelo Ementário: Lilian Mendes Haber, Alessandra Maria Mendonça de Oliveira e Abraão Muniz Pinto Junior.

cestudos@pge.pa.gov.br